

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL – BRASIL



ASL Programa
Paisagens
Sustentáveis
da Amazônia

PROJETO PAISAGENS SUSTENTÁVEIS DA AMAZÔNIA - BRASIL

(P158000 - GEF Paisagens)

RELATÓRIO DE PROGRESSO

TÉCNICO-FINANCEIRO

Período

Julho a dezembro de 2020

Brasília

Fevereiro de 2021

Quinto Relatório Técnico-Financeiro de Progresso apresentado ao Banco Mundial



ELABORAÇÃO E REVISÃO

Elaboração - Conservação Internacional Brasil

André Costa Nahur	Diretor para Natureza pelo Clima
Neila Maria Cavalcante da Silva	Gerente Técnica
Mariana Campos Parra	Gerente de Aquisições e Contratações
Michele Rocha	Gerente de Finanças
Leuzabeth Silva, Francivane Silva, Marilane Irmão	Coordenadoras Técnicas

Revisão - Ministério do Meio Ambiente

Leandro Baptista Aranha	Diretor de Conservação, de Ecossistemas - Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais
Caio Dimitriu Rodighero Altero	Gerente de Projeto
Otávio Gadiani Ferrarini	Coordenador de Projeto
Joao Arthur Socal Seyffarth	Analista Ambiental
Elaine Cristina Coelho	Analista Ambiental
Carmen Tavares Collares Moreira	Analista Ambiental

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	5
LISTA DE QUADROS.....	6
1. APRESENTAÇÃO.....	7
2. RESUMO DO DESEMPENHO DO PROJETO	9
3. DESEMPENHO FINANCEIRO	14
4. INDICADORES DE RESULTADO	18
5. DESCRIÇÃO DO DESEMPENHO NO PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 2020	32
6. SUSTENTABILIDADE DAS AÇÕES DO PROJETO	40
7. FATORES CRÍTICOS QUE AFETARAM O DESEMPENHO DO PROJETO.....	44
8. RISCOS E OPORTUNIDADES QUE PODEM AFETAR O DESEMPENHO DO PROJETO	45
9. SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS	49
10. LIÇÕES APRENDIDAS	57
11. PRÓXIMOS PASSOS	59
12. COMUNICAÇÃO.....	60
13. ANEXOS.....	62
A. LISTA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS FIRMADOS E EM ANDAMENTO NO PERÍODO, INDICANDO UOS E POA RELACIONADOS.....	62
B. PUBLICAÇÕES.....	68

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Percentual de execução	10
Figura 2 - Resumo execução financeira por categoria de gastos	12
Figura 3 - Resumo execução financeira por componente	13
Figura 4 - Execução progressiva por valor e SOE.....	14
Figura 5 - Execução financeira do período por UO	15
Figura 6 – Situação dos processos do projeto no plano de aquisições e valores correspondentes	16

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-Estudo da média de câmbio período 2018 a 2020	9
Quadro 2 - Análise POA 2018-2019 e 2020-2021	10
Quadro 3 - Análise detalhada POA 2018-2019 e 2020-2021	11
Quadro 4 - Execução por UO e Componente.....	12
Quadro 5 – Execução financeira do período por categoria de gasto	15
Quadro 6 - Contrapartida planejada e executada por UO.	16
Quadro 7 - Indicadores Globais	18
Quadro 8 - Áreas em processo de regeneração natural (Contrapartida)	21
Quadro 9 - Indicadores de Resultados Intermediários	24
Quadro 10 - Quadro-resumo do alcance dos indicadores	28
Quadro 11 - Unidades de conservação com instrumento de gestão planejado para elaboração... 33	
Quadro 12 - Atividades propostas não iniciadas	34
Quadro 13 - Riscos que podem afetar o desempenho do Projeto	45
Quadro 14 - Atividades em execução e as ações requeridas para o monitoramento das salvaguardas	51

1. APRESENTAÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar os resultados da execução física e financeira do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia – Brasil (Projeto Brasil-ASL, P158000, Acordo de Doação GEF nº TF A6056), referente ao período de julho a dezembro de 2020, a partir das informações sistematizadas pela Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil) - Agência Executora para os Componentes 2, 3 e 4.

O Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia - Brasil (GEF-Paisagens) constitui um dos projetos vinculados ao Programa do GEF Paisagens Sustentáveis da Amazônia (Programa ASL), que visa proteger as áreas de ecossistemas florestais amazônicos globalmente relevantes e implementar políticas para promover o uso sustentável dos recursos naturais e a restauração da cobertura da vegetação nativa na região.

O Programa ASL compreende cinco projetos nacionais associados, executados por Brasil, Colômbia (dois projetos) e Peru (dois projetos). O Projeto nacional brasileiro foi elaborado a partir das experiências de trabalho realizadas na Amazônia brasileira para fortalecer a conservação da biodiversidade, reduzir o desmatamento e melhorar os meios de subsistência das comunidades. Juntos, os projetos integrantes do Programa ASL visam manter 73.000.000 ha de terras florestais, promover o manejo sustentável em 52.700 ha e apoiar ações que ajudarão reduzir as emissões de CO₂ em 300 milhões de toneladas até 2030.

O Banco Mundial é a agência líder do programa e a agência implementadora do projeto brasileiro, enquanto WWF e PNUD são as agências implementadoras do GEF para os projetos dos outros dois países. No projeto brasileiro, as agências executoras são o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) para o Componente 1 e a Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil) para os Componentes 2, 3 e 4. Os componentes estão configurados da seguinte forma:

Componente 1. Sistema de Áreas Protegidas da Amazônia

O componente tem por objetivo expandir e consolidar o sistema de áreas protegidas (UCs) de mais de 60 milhões de hectares na Amazônia brasileira e avançar com os esforços em andamento para garantir a sustentabilidade financeira das UCs em longo prazo, ao capitalizar o Fundo de Transição (FT) do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). O FT visa aumentar gradualmente os recursos fornecidos pelos governos federal e estaduais ao Programa ARPA, ao mesmo tempo em que diminuem os investimentos de doadores, de modo que, após um período de 25 (vinte e cinco)

anos, esses governos financiarão 100% dos custos do programa ARPA sem apoio do FT ou de quaisquer outros fundos de doadores.

Componente 2. Gestão integrada da paisagem

Este componente visa promover a gestão integrada da paisagem na Amazônia através de estratégias complementares que promovam a recuperação da vegetação nativa, desenvolvam sistemas produtivos sustentáveis, fortalecendo as cadeias produtivas, e apoiem a consolidação de UCs de uso sustentável que não fazem parte do programa ARPA. As atividades incidirão em áreas prioritárias nos estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Acre.

Componente 3. Políticas voltadas para paisagens produtivas sustentáveis e recuperação da vegetação nativa

O componente visa o fortalecimento da capacidade dos governos nacionais e estaduais para desenvolver e implementar políticas setoriais e mecanismos financeiros para reduzir o desflorestamento e promover a recuperação florestal, particularmente no que se refere à Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Código Florestal, Lei nº 12.651/2012); à Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Decreto nº 8972/2017); à Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284/2006) e políticas estaduais correlatas. O componente também apoia ações voltadas para a conservação e uso sustentáveis da biodiversidade aquática, como manejo de quelônios e monitoramento de botos e jacarés.

Componente 4. Coordenação de projetos, capacitação e cooperação regional

O componente remete à coordenação, comunicação, gestão e monitoramento da implementação em todos os componentes, incluindo, dentre outros aspectos, a operacionalização da Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) pelo MMA, responsável por assegurar a implementação e o monitoramento do projeto.

2. RESUMO DO DESEMPENHO DO PROJETO

O período deste relatório ainda foi marcado pelas restrições causadas pela pandemia do COVID-19. Similarmente ao primeiro semestre de 2020, a pandemia teve impacto direto no planejamento das atividades e a execução – tanto física quanto financeira - ficou aquém do esperado. Percebe-se um atraso na elaboração dos termos de referência (TdR) pelas Unidades Operativas (UOs), o que demanda um acompanhamento mais pontual por parte da equipe técnica da CI-Brasil. Ademais, as atividades de campo continuaram suspensas, o que retardou a entrega de produtos de contratos e, conseqüentemente, a execução do projeto.

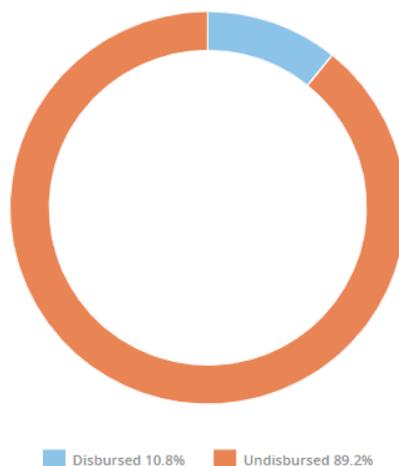
Durante o período deste relatório, apesar das restrições enfrentadas pela pandemia do COVID-19, a execução do projeto teve uma curva positiva e crescente. Entre julho e setembro, foram executados R\$ 1.152.487,28, enquanto entre os meses de outubro e dezembro, foram executados R\$ 1.328.534,36, totalizando uma execução no semestre em R\$ 2.481.021,64. Com isso, a execução total acumulada chega a R\$ R\$ 8.488.427,86 ou US\$ 2.065.310,91, convertidos por uma taxa média das operações de prestações de contas fechadas pelo Banco Mundial, até o momento, de R\$ 4,11.

Quadro 1-Estudo da média de câmbio período 2018 a 2020

Ano	Câmbio	Data Encerramento
2020	5,3505	02-Dec-2020
2019	3,7097	25-Feb-2019
2019	3,7812	29-Jan-2019
2018	3,8847	28-Dec-2018
2018	3,8904	26-Dec-2018
2018	4,0737	27-Aug-2018
Média	4,1150	

Em relação ao valor total do projeto – US\$ 30,330,000.00 - a execução acumulada de US\$ 2.065.310,91 representa cerca de 10%, conforme informação refletida no sistema *Client Connection*.

Figura 1 - Percentual de execução



Considerando o total planejado, comprometido e executado, temos o seguinte cenário, por POA:

Quadro 2 - Análise POA 2018-2019 e 2020-2021

	TOTAL PLANEJADO	TOTAL COMPROMETIDO	TOTAL EXECUTADO
POA 18/19	R\$ 15.259.889,09	R\$ 6.120.134,43	R\$ 4.748.266,84
POA 20/21	R\$ 48.382.974,74	R\$ 129.516,10	R\$ 3.740.161,01
TOTAL	R\$ 63.642.863,83	R\$ 6.249.650,53	R\$ 8.488.427,85

As Unidades Operativas, com o apoio da CI-Brasil estão no processo de revisão do total planejado para o POA 2020-2021. Muitas atividades de campo estão sendo revistas e o total planejado deve cair significativamente. Espera-se que a revisão destes números esteja concluída até o final de março de 2021, após a 5ª missão de supervisão do projeto.

O resumo detalhado da execução física de cada Unidade Operativa está apresentado mais adiante, no item 5 deste relatório.

A visão geral e detalhada, por POA, de cada UO do total planejado, comprometido e executado é:

Quadro 3 - Análise detalhada POA 2018-2019 e 2020-2021

	PLANEJADO	COMPROMETIDO	EXECUTADO
POA 18/19	R\$ 15.259.889,09	R\$ 6.120.134,43	R\$ 4.748.266,84
CI	R\$ 4.696.822,42	R\$ 2.723.000,00	R\$ 3.756.267,00
ICMBIO	R\$ 291.945,17	R\$ 80.650,00	R\$ 112.339,05
IDEFLORBIO/SEMAS	R\$ 2.079.084,00	-	R\$ 158.702,03
MMA	R\$ 945.673,00	R\$ 423.558,71	R\$ 397.109,13
SEDAM	R\$ 2.900.500,00	-	R\$ 15.235,64
SEMA AC	R\$ 2.000.000,00	R\$ 946.294,37	R\$ 55.821,30
SEMA AM	R\$ 2.345.864,50	R\$ 1.946.631,35	R\$ 252.792,69
SFB	-	-	-
POA 20/21	R\$ 48.382.974,74	R\$ 129.516,10	R\$ 3.740.161,01
CI	R\$ 5.909.848,26	R\$ 42.400,00	R\$ 2.441.145,93
ICMBIO	R\$ 7.667.600,53	R\$ 50.760,00	R\$ 722.053,46
IDEFLORBIO/SEMAS	R\$ 4.463.339,00	-	R\$ 81.921,60
MMA	R\$ 7.141.242,00	R\$ 25.700,00	R\$ 44.315,00
SEDAM	R\$ 5.547.224,00	-	R\$ 12.418,20
SEMA AC	R\$ 6.647.158,00	R\$ 10.656,10	R\$ 252.813,83
SEMA AM	R\$ 5.806.562,95	-	R\$ 185.492,99
SFB	R\$ 5.200.000,00	-	-
Total Geral	R\$ 63.642.863,83	R\$ 6.249.650,53	R\$ 8.488.427,85

A análise da execução mostra que as Unidade Operativas SEMA AM e ICMBio tem o melhor desempenho acumulado. O alto valor comprometido da SEMA AM se refere ao contrato para avaliação do CAR, assinado em 15 de maio de 2020, pelo valor de R\$ 1.750.000,00 e em plena execução. Já o ICMBio tem grande quantidade de bens adquiridos no período para as Resex Lago do Cuniã, Ituxi e Médio Juruá.

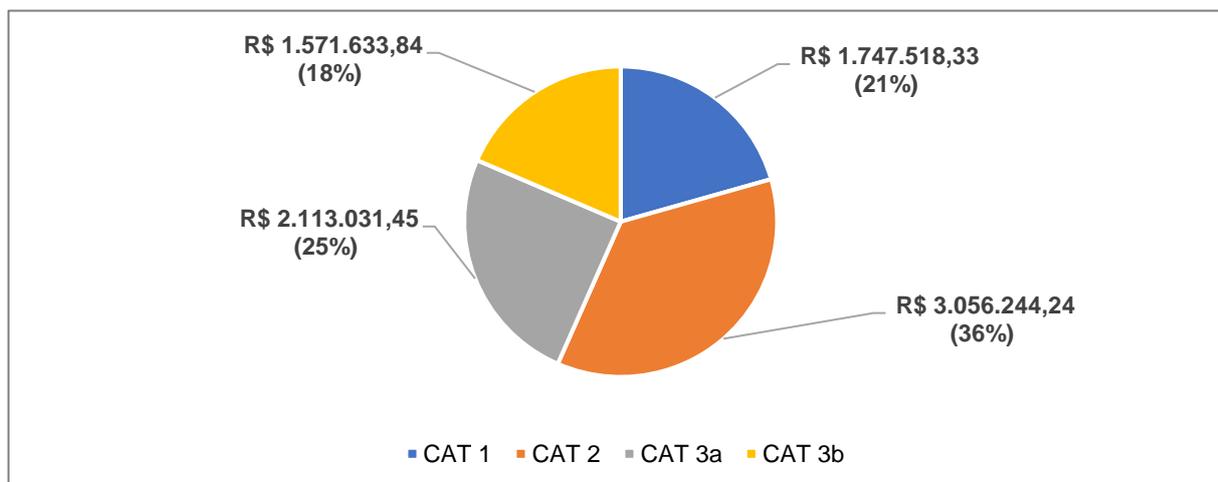
Considerando os componentes do projeto, temos o seguinte cenário, por UO:

Quadro 4 - Execução por UO e Componente.

Unidade Operativa	Componente 2	Componente 3	Componente 4	Total
CI	R\$ 4.276.388,65	R\$ 1.920.360,54	-	R\$ 6.196.749,19
ICMBIO	R\$ 834.892,51	-	-	R\$ 834.892,51
IDEFLOR/SEMAS	R\$ 106.432,82	R\$ 134.190,81	-	R\$ 240.623,63
MMA	-	-	R\$ 441.424,13	R\$ 441.424,13
SEDAM	R\$ 27.653,84	-	-	R\$ 27.653,84
SEMA AC	R\$ 167.077,13	R\$ 138.841,75	R\$ 2.880,00	R\$ 308.798,88
SEMA AM	R\$ 201.027,99	R\$ 237.257,69	-	R\$ 438.285,68
Total	R\$ 5.613.472,94	R\$ 2.430.650,79	R\$ 444.304,13	R\$ 8.488.427,86

Outras análises:

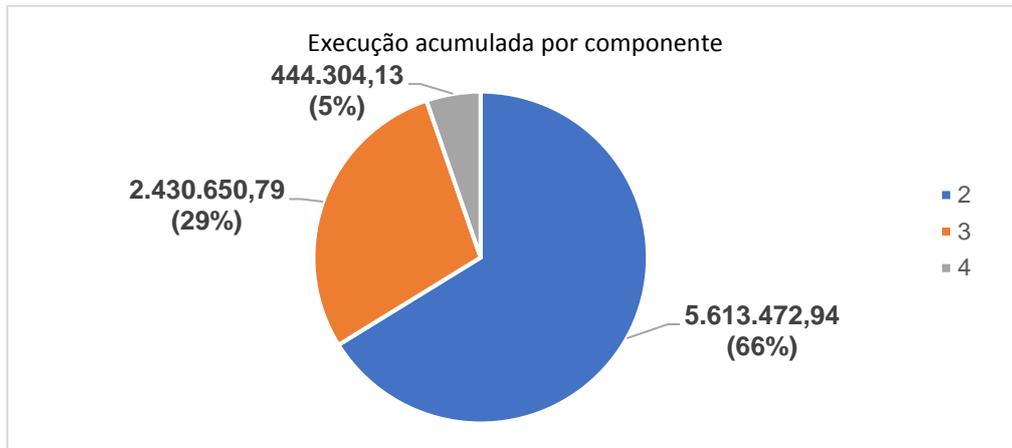
Figura 2 - Resumo execução financeira por categoria de gastos



- (1) Bens, obras, serviços técnicos, de consultoria e treinamento dos Componentes 2, 3 e 4
 (2) Custos operacionais dos Componentes 2, 3 e 4
 (3) Remuneração da equipe da CI-Brasil:
 3a - Remuneração da equipe técnica nos componentes 2, 3 e 4
 3b - Remuneração da equipe administrativa nos componentes 2, 3 e 4

Em termos de execução acumulada por componente, o componente 2 – Gestão Integrada da Paisagem – conta com 66% do total de execução, enquanto os componentes 3 e 4 contam com 29% e 5%, respectivamente.

Figura 3 - Resumo execução financeira por componente



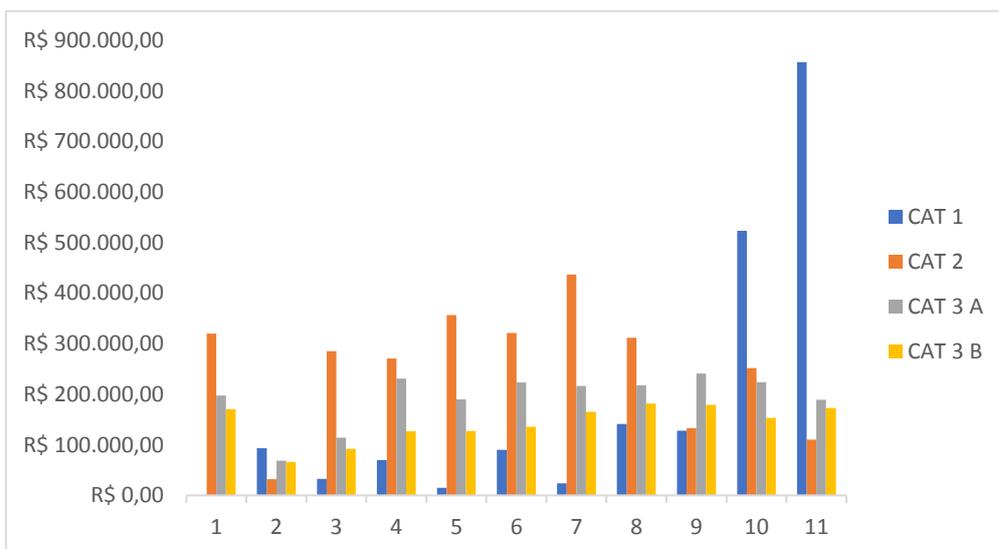
3. DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1. RECURSO GEF

O Projeto apresenta uma execução acumulada até 31/12/2020 de R\$ 8.488.427,86 – ou 10% do total planejado para o Projeto.

Como já mencionado, apesar do cenário atual ser atípico em razão da pandemia de COVID-19, reforçado pelo intenso momento de risco de uma das regiões alvo do projeto, a CI-Brasil alavancou as aquisições e, conseqüentemente, impulsionou no último semestre a execução orçamentária, que teve seu desempenho otimizado. A execução no semestre ficou em R\$ 2.481.021,64 ou US\$ 603.654,90, usando a taxa média de R\$ 4,11.

Figura 4 - Execução progressiva por valor e SOE



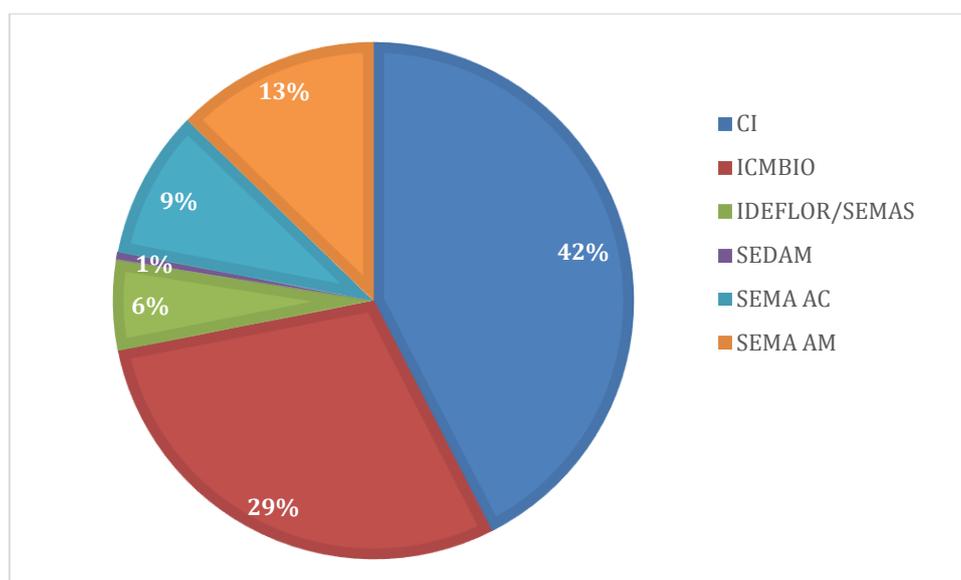
- (1) Bens, obras, serviços técnicos, de consultoria e treinamento dos Componentes 2, 3 e 4
- (2) Custos operacionais dos Componentes 2, 3 e 4
- (3) Remuneração da equipe da CI-Brasil:
 - 3a - Remuneração da equipe técnica nos componentes 2, 3 e 4
 - 3b - Remuneração da equipe administrativa nos componentes 2, 3 e 4

A execução orçamentário-financeira do período deste relatório – segundo semestre de 2020 – está ilustrada a seguir:

Quadro 5 – Execução financeira do período por categoria de gasto

Categoria de despesa	SOE 10	SOE 11
1 - Bens, obras, serviços técnicos, de consultoria e treinamento Componentes 2, 3 e 4	R\$ 523.613,08	R\$ 856.530,27
2 - Custos operacionais Componentes 2, 3 e 4	R\$ 251.880,17	R\$ 110.128,33
3a - Remuneração da equipe técnica componentes 2, 3 e 4	R\$ 223.860,13	R\$ 189.192,89
3b - Remuneração da equipe administrativa componentes 2, 3 e 4	R\$ 153.133,90	R\$ 172.682,86
TOTAL	R\$ 1.152.487,28	R\$ 1.328.534,35

Figura 5 - Execução financeira do período por UO



O plano de aquisições do projeto foi revisado em 3 momentos distintos durante o período deste relatório (julho, setembro e novembro) com o objetivo de inclusão de novas atividades cujos documentos iniciais – TdR ou ET – estavam em elaboração. O plano atual e vigente conta com 30 processos concluídos (executado) – sendo 19 contratos assinados, 27 em fase de implementação (em andamento) e 71 pendentes de implementação (suspensão + reprogramado + para publicação + atrasado). Em termos de valores, isso significa o seguinte:

Figura 6 – Situação dos processos do projeto no plano de aquisições e valores correspondentes



A execução positiva do período resultou também na assinatura de vários contratos de consultoria e serviços, que resultaram no comprometimento total de recursos na ordem de R\$ 6.019.782,93.

3.2. RECURSO DE CONTRAPARTIDA

As Unidades Operativas executam iniciativas complementares ao Projeto utilizando contrapartida econômica e financeira. A execução, por UO, tem o seguinte status:

Quadro 6 - Contrapartida planejada e executada por UO.

Unidade Operativa	Planejado (R\$)	Executado (R\$)	%
MMA - SECEX	321.575.788,39	-	0%
ICMBIO	85.844.385,77	27.153.567,44	32%
SFB	29.506.997,05	8.968.216,97	30%
SEMA AC	75.600.000,00	21.358.175,79	28%
SEMA AM	185.842.938,29	156.000,00	0%
SEMAS PA & IDELFLOR PA	104.662.637,50	-	0%
SEDAM RO	91.323.443,62	22.604.992,51	25%
CI - BRAZIL	27.040.672,00	1.748.587,56	6%
Total	921.396.862,62	81.989.540,27	9%

Os valores da coluna “Executado” se referem às informações recebidas para o período anterior a este relatório – ou seja, janeiro a junho de 2020 e estão refletidas também no relatório financeiro IFR de julho a dezembro 2020. Foi acordado entre Banco Mundial, MMA e CI-Brasil, na reunião gerencial de 25 de janeiro de 2021, que é necessária uma avaliação da composição da proposta inicial das contrapartidas de cada UO para verificar se as ações previstas ainda são coerentes. Além disso, será necessária uma apuração dos dados já apresentados e suas comprovações para verificar se atendem as recentes normas do Banco Mundial e novas orientações do GEF. Para tanto, foi realizada uma reunião, no dia 19 de fevereiro de 2021, entre representantes do BM, MMA, CI-Brasil e pontos focais das UOs para apresentação das exigências e esclarecimento de dúvidas, e o assunto também será discutido na 5ª missão de supervisão (março de 2021).

Durante a reunião gerencial de janeiro, também foram acordados os seguintes pontos:

- A data de elegibilidade para as contrapartidas é a partir de 04/04/2017, que é a data estabelecida de retroatividade de despesas do projeto.
- Uma vez que tenhamos toda a informação retroativa das UOs, a CI-Brasil irá elaborar um relatório específico, com a compilação dos dados e apresentará para aprovação da Team Líder do BM. Então, os dados atualizados com a respectiva documentação de suporte serão apresentados no próximo IFR. - Até o momento, o projeto vinha trabalhando com a orientação anteriormente recebida de que a comprovação da execução da contrapartida deveria ser feita por meio de documento assinado pelo dirigente máximo de cada organização atestando essa execução. Possíveis novas orientações deverão ser incorporadas nos próximos reportes.

4. INDICADORES DE RESULTADO

4.1. RESUMO DOS INDICADORES

A atualização do quadro de indicadores tem se dado a cada reporte e validados nas Missões de Supervisão do projeto. Na missão realizada virtualmente em junho de 2020, ficou decidido que os indicadores não seriam atualizados naquele momento e que outro momento seria realizado.

Os indicadores globais do projeto para os componentes 2, 3 e 4 são: área sob restauração (regeneração natural e ativa) e áreas sob plano de manejo.

Quadro 7 - Indicadores Globais

Indicadores de Resultados Globais					
Os ODPs devem expandir a área sob proteção legal e melhorar a gestão de Áreas Protegidas e aumentar a área sob restauração e manejo sustentável na Amazônia brasileira.					
Indicador:	Linha de base:	Valor anterior: 2020/01	Valor no período: Fev 2021	Valor acumulado:	Justificativa / Comentários
Área (Ha) sob recuperação apoiada pelo projeto desagregada em: i) condução de regeneração natural;	0.00	5.050,33	1.144,00	4.492,31	<p>Esse indicador tem sido mensurado com recursos de contrapartida dos parceiros. Todas as áreas em processo de regeneração reportadas estão situadas em unidades de conservação de uso sustentável em Rondônia, 16 áreas ao todo. A última mensuração desse indicador totalizava 5.050,33 hectares em processo de restauração em 8 unidades de conservação. Em fevereiro/21 esses valores foram ajustados devido à verificação de queimadas ocorridas no ano de 2020 nas Resexes Rio Preto Jacundá (1.227,0838 ha queimados de 2.500,00 ha) e Angelim (595,1899 ha queimados de 1.725,3300 ha), o que indica uma redução de 55%.</p> <p>Na descrição do indicador (PAD; página 20, versão português) está determinado que para as áreas em regeneração, os Critérios definidos: “Regeneração natural assistida” significa áreas degradadas de sucessão tardia sob intervenções de restauração indireta (<u>exclusão de incêndio, exclusão de pastoreio e assim por diante</u>) dentro da área do projeto. Partindo do critério estabelecido, e que o mesmo deve ser adotado, entendeu-se que o quantitativo das áreas</p>

					<p>que foram queimadas, foram subtraídos do quantitativo das áreas anteriormente reportadas.</p> <p>Além disso, menciona-se que duas outras áreas (FERS Rio Machado e Resex Aquariquara), o quantitativo reportado foi revisto e foram ajustadas a maior. Com a finalidade de validar os dados reportados, a Sedam também fez análise do quantitativo dessas e verificou que alguns números necessitavam de ajustes e, assim entre áreas queimadas e melhores cálculos, dos 5.050,33, incluindo outras oito áreas, o quantitativo é de 4.492,28 ha. A relação de UCs e o quantitativo de áreas encontra-se no quadro anexo.</p>
Área (Ha) sob recuperação apoiada pelo projeto desagregada em: ii) recuperação ativa, segundo critério definido	0.00	0,00	0,00	0,00	Ações ainda não iniciadas
Área florestal sob planos de manejo (concessão florestal)	0.00	1.140.000,00	0,00	1.140.000,00	Esses números representam 900 mil ha (Flona Humaitá e Jatuarana - AM) e 240 mil ha complexo de Florestas estaduais do Rio Gregório - AC (em fase de lançamento dos editais).
Indicadores de Resultados Intermediários					
Indicador:	Linha de base:	Valor anterior: 2020/01	Valor no período: 2021	Valor acumulado:	Justificativa/comentários
2.1 Área de propriedades rurais apoiadas pelo projeto adotando práticas de manejo sustentável segundo critério definido	0.00	64.900,00	0,00	64.900,00	Para este indicador estão sendo computadas áreas com adesão ao PRA ou com práticas sustentáveis como "manejo do fogo", "manejo da castanha/açaí", "manejo da roça", etc. Por enquanto, os dados apresentados estão relacionados aos pedidos de adesão ao PRA. Os avanços nas análises de CAR ainda têm sido lentos e com pouca adesão ao PRA, espera-se que o indicador apresente melhores resultados à medida que a adesão também aumente. Além disso, há necessidade de estabelecer critérios para identificar e mensurar as áreas sob manejo.
2.2 UCs de uso sustentável com práticas de manejo sustentável apoiadas pelo	0.00	845.955,12	117.220,63	963.175,75	Os dados apresentados representam a totalidade de áreas de áreas protegidas com plano de manejo estabelecidos e acordos de pesca. Dados de contrapartida que totalizam 845.955,12 ha.

projeto segundo critério definido					AM: 116 Acordos de Pesca com 597.251 ha Acre: ARIE Japiim Pentecoste 25.750 ha/Plano de Manejo Aprovado; Floresta Estadual do Afluyente 151.000 ha – Plano de Manejo em revisão (BID/PDSA II) e Floresta em Fase Final de Criação (PDSA II/BID) Plano de Manejo Florestal Comunitário: PAF Havaí – 28.097,96 ha, FEA Antimary: 37.600 ha,CFERG: 6.255,87 ha. Dados GEF ASL: 04 acordos de pesca que totalizam 117.220,63 ha.
2.3 Área com práticas de manejo sustentável (indicador cooperativo)	0.00	0,00	0,00	1.032.568,06	O número apresentado totaliza a soma dos indicadores 0.3, 2.1 e 2.2.
3.1 Propriedades rurais adotando ferramentas de planejamento do uso do solo para a gestão sustentável	0.00	19.818,00	0,00	19.818,00	A descrição do indicador (3.1) trata de número de propriedades com CAR validados, número até então representativo na última medição. Entretanto, à medida que as análises avançaram, verificou-se que o termo "CAR validado" não significa necessariamente o termo do descritor do indicador. Por essa razão, foram realizadas conversas com os estados parceiros do projeto para buscar quais entendimentos seriam necessários para monitorar adequadamente esse indicador, quais os termos utilizados e em qual fase do processo da análise do CAR poderia ser entendido como "validado". Para não desconstruir os valores já reportados, ficou entendido que o número reportado anteriormente permanecerá "congelado" em 19.818 até que uma definição seja determinada. Ressalta-se que os estados têm utilizado os termos, a) CAR finalizado sem pendência e b) CAR finalizado encaminhado para a regularização ambiental. Mas o número total de análises é de 44.918.
3.2 Mecanismos de incentivos para a redução do desmatamento e o aumento da recuperação	0.00	0,00	1,00	1,00	Algumas iniciativas de políticas públicas estão sendo implementadas nos Estados parceiros e estão sendo analisadas se podem ser incluídas no cômputo dos indicadores.
4.1 População local consultada sobre ações do projeto (desagregado por gênero)	0.00 Homem: 0.00, Mulher: 0.00	2.673 1.227	0,00	2.673 1.227	Todas as atividades de campo e que envolvem agrupamento de pessoas em processos de consulta, reuniões de conselho gestor, reuniões comunitárias foram suspensas devido à pandemia causada pela COVID -19, por isso, não houve avanço na medição do indicador, nos Componentes 2, 3 e 4.

*Valores no quadro 8

Ambos indicadores têm sido mensurados com recursos de contrapartida dos parceiros. No caso do indicador “áreas sob restauração”, todas as áreas informadas estão situadas em unidades de conservação de uso sustentável em Rondônia, 16 áreas ao todo. A última mensuração desse indicador totalizava 5.050,33 hectares em processo de restauração em 8 unidades de conservação, que estavam sendo monitoradas segundo relato da Sedam-RO. Entretanto no auge das queimadas na Amazônia no ano de 2020, parte dessas áreas foram queimadas (1.631,30 hectares de 3.643,15 hectares), representando 55%. Além disso, em duas outras áreas (FERS Rio Machado e Resex Aquariquara), o quantitativo reportado foi revisto e foram ajustadas para uma quantidade maior do que havia sido reportado anteriormente (Quadro 8). Com a finalidade de validar os dados reportados, a Sedam-RO também fez análise do quantitativo dessas e verificou que alguns números necessitavam de ajustes e assim, entre áreas queimadas e melhores cálculos, dos 5.050,33, hoje tem-se 3.348,31 hectares, uma redução de 25,47%.

Quadro 8 - Áreas em processo de regeneração natural (Contrapartida)

Número	Unidade de Conservação	Área Reportada Originalmente (hectare)	Área (hectare) Ajustada	Situação
1	Resex Rio Preto Jacundá	2.500,00	1.261,8469	1.227,0838 hectares de área regenerada no interior da unidade pegou fogo devido ações criminosas de pessoas localizadas na zona de amortecimento da Unidade de conservação, o fogo acabou se adentrando para essas áreas, prejudicando a regeneração natural.
2	Resex Rio Preto Jacundá	417,83	239,78	Ajustado a maior

3	Resex Angelim	1.725,33	1.130,14	Dos 1.725,3300 hectares, 595,1899 hectares foram consumidos por queimadas criminosas que se adentraram para o interior da Unidade, prejudicando a regeneração natural
4	FERS Cedro	50,03		Permaneceu o dado anterior
5	FERS Rio Machado	245,00	447,18	Ajustado a maior
6	Resex Aquariquara	81,00	188,19	Ajustado a maior
7	Resex Mogno	23,45		Permaneceu o dado anterior
8	Resex Seringueira	7,69		Permaneceu o dado anterior
Subtotal		5.050,33	3.298,28	
9	Resex Massaranduba	48,70		Área a ser avaliada se pode ser incluída como contrapartida
10	Resex Maracatiara	41,98		Área a ser avaliada se pode ser incluída como contrapartida
11	Fers Periquito	76,59		Área a ser avaliada se pode ser incluída como contrapartida
12	Fers Araras	30,09		Área a ser avaliada se pode ser incluída como contrapartida
13	Fers Gavião	1,38		Área a ser avaliada se pode ser incluída como contrapartida
14	Fers Mutum	229,71		Área a ser avaliada se pode ser incluída como contrapartida
15	Fers Tucano	52,41		Área a ser avaliada se pode ser incluída como contrapartida
16	Fers Rio Madeira	663,14		Área a ser avaliada se pode ser incluída como contrapartida
Subtotal		1.144,00		
Total		4.492,28		

A Sedam-RO fez análise de outras áreas em processo de regeneração, também em unidades de conservação de uso sustentável e propõe que sejam acrescentadas como contrapartida no projeto. Essas totalizam 1.144,00 hectares. Essas áreas podem ser contabilizadas e, se excluído o quantitativo de

áreas com valores ajustados somadas as áreas queimadas, o valor seria de 4.492,28 hectares, aproximadamente 600 hectares menor do que o último valor que havia sido reportado. Essa validação deverá ser feita em reunião específica entre MMA, Banco Mundial e CI-Brasil, para discutir os indicadores.

Na descrição do indicador (PAD; página 20, versão português) está determinado que para as áreas em regeneração, os Critérios definidos: “Regeneração natural assistida” significa áreas degradadas de sucessão tardia sob intervenções de restauração indireta (exclusão de incêndio, exclusão de pastoreio e assim por diante) dentro da área do projeto. Partindo do critério estabelecido, e que o mesmo deve ser adotado, há duas abordagens que precisam de análise e deliberação: a) pode-se subtrair as áreas queimadas (somente o percentual queimado) do cômputo da meta, e b) ou pode-se discriminar a área total contabilizada (área queimada e não queimada).

Independentemente do resultado a ser considerado no caso das áreas queimadas, mesmo as áreas em unidades de conservação, essas são passíveis de sofrer eventos inesperados e, importante se definir uma espécie de garantia de proteção dessas áreas e daquelas que serão computadas nos processos de restauração ativa para que elas possam cumprir com o propósito a que foram afeiçoadas e apoiadas com recurso do projeto.

Quadro 9 - Indicadores de Resultados Intermediários

Nome do indicador	Linha de base	Valores de Metas Cumulativas							Recurso ASL1	Recurso de Contrapartida
		YR1 2019	YR2 2020	YR3 2021	YR4 2022	YR 2023	YR6 2024	Meta Final		
2.1 Área das propriedades rurais adotando práticas sustentáveis de manejo da terra apoiadas pelo projeto de acordo com critérios definidos (milhares de hectares)	0.00	100.00	200.00	300.00	500.00	700.00	900.00	900.00		
		17.100	64.900							Imóvel rural com área média de 100 ha 2019/1: RO: 90 imóveis (9 mil ha) PA: 81 imóveis (PA) 2019/2: Acre: 314 imóveis rurais com pedido de adesão ao PRA protocolados; Pará: 120 imóveis com PRA formalizado, 140 PRA em processo de formalização; Rondônia: 75 TC assinados Total = 64.900 ha
2.2 Áreas protegidas de uso sustentável sob práticas sustentáveis de manejo da terra apoiadas pelo projeto de acordo com critérios definidos (Milhões de hectares)	0.00	0.00	0.00	1.00	2.00	3.00	5.00	5.00		
		597.251,29	963.176,00							2019/2: Sema AM -12 Acordos de pesca (AM), realizados em 169 comunidades, 3331 famílias correspondendo a 597.251,29 hectares 2019/2: Sema Acre: ARIE Japiim Pentecoste 25.750 ha/Plano de Manejo Aprovado; Floresta Estadual do Afluente 151.000 ha – Plano de Manejo em

										revisão (BID/PDSA II) e Floresta em Fase Final de Criação (PDSA II/BID) Plano de Manejo Florestal Comunitário: PAF Havaí – 28.097,96 ha, FEA Antimary: 37.600 ha,CFERG: 6.255,87 ha																			
2.3 Área territorial sob práticas de gestão sustentável da terra (Ha, milhões) - (Corporativo)	0.00	100	200	1,304	2,508	3,718	5,928	5,928																					
		-	-							Ainda não iniciada a mensuração																			
3.1 Propriedades rurais adotando ferramentas de planejamento de uso da terra para o manejo sustentável da terra (Número, milhares)	0.00	2.00	4.00	9.00	14.00	20.00	27.00	27.00																					
		19.818	19.818							Dados corrigidos em jan/2021: CAR analisados Dados de contrapartida apresentados durante as missões (n° CAR). Consultadas as UOs sobre os reportes, e tem-se ¹ : <table border="1" data-bbox="1585 1045 2033 1248"> <thead> <tr> <th>UO</th> <th>jun/19</th> <th>dez/19</th> <th>jun/20</th> <th>dez/20</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Sedam RO</td> <td>1.981</td> <td>2.318</td> <td>2.566</td> <td>2.719</td> </tr> <tr> <td>Sema AC</td> <td>10.398</td> <td>10.785</td> <td>11.200</td> <td>11.334</td> </tr> <tr> <td>Sema AM</td> <td>2</td> <td></td> <td></td> <td>532</td> </tr> </tbody> </table>	UO	jun/19	dez/19	jun/20	dez/20	Sedam RO	1.981	2.318	2.566	2.719	Sema AC	10.398	10.785	11.200	11.334	Sema AM	2		
UO	jun/19	dez/19	jun/20	dez/20																									
Sedam RO	1.981	2.318	2.566	2.719																									
Sema AC	10.398	10.785	11.200	11.334																									
Sema AM	2			532																									

¹ Esses valores serão explicados logo após a planilha uma vez que os reportes de CAR estão passando por um processo de revisão dentro do escopo do projeto. Por esse motivo, os números apresentados são distintos.

										Semas PA	6.000	10.060	13.095	27.121	
										Total	18.381	23.163	26.861	41.706	
	0.00	1.00	3.00	5.00	7.00	9.00	10.00	10.00							
3.2 Mecanismos de incentivo para reduzir a perda florestal e aumentar a restauração melhoraram (Número)			1								Decreto Nº 42370 DE 05/06/2020 REGULAMENTA a Lei nº 4.406, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR, o Programa de Regularização Ambiental do Estado do Amazonas - PRA-AM https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=396604#:~:text=DAS%20DISPOSI%C3%87%C3%95ES%20GERAIS-,Art.,Legal%20e%20de%20Uso%20Restrito.				
4.1 Pessoas locais consultadas sobre as atividades do projeto (desagregadas por gênero) (Número)	0.00 Masculino: 0.00,	Total 600 Masculino: 420	Total 1,200 Masculino: 840	Total 1,500 Masculino: 1,050	Total 1,800 Masculino: 1,260	Total 2,400 Masculino: 1,680	Total 3,000 Masculino: 2,100	Total 3,000 Masculino: 2,100							
		2.673									Sema Amazonas: 5 acordos de pesca com 3.900 pessoas durante os processos				

									de construção	
	Feminino 0.00	Total Feminino 180	Total Feminino 360	Total Feminino 450	Total Feminino 540	Total Feminino 720	Total Feminino 900	Total Feminino 900		
		1.227							Sema Amazonas: 5 acordos de pesca com 3.900 pessoas durante os processos de construção	

Quadro 10 - Quadro-resumo do alcance dos indicadores

NATUREZA DO INDICADOR	INDICADOR	META	RESULTADO ATÉ DEZ/2020	ALCANCE %
GLOBAL	0.3. ÁREA SOB RESTAURAÇÃO OU REFLORESTAMENTO APOIADO PELO PROJETO: (I) REGENERAÇÃO NATURAL ASSISTIDA	23.200 HA	4.492,28	16,0
	0.3. ÁREA SOB RESTAURAÇÃO OU REFLORESTAMENTO APOIADO PELO PROJETO (II) REGENERAÇÃO ATIVA	4.200 HA	0	NÃO INICIADA
GLOBAL	0.4. ÁREA FLORESTAL SOB PLANOS DE MANEJO SUSTENTÁVEL	1.400.000 HA	1.140.000	81,4
INTERMEDIÁRIO	2.1 ÁREA DAS PROPRIEDADES RURAIS ADOTANDO PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DE MANEJO DA TERRA APOIADAS PELO PROJETO DE ACORDO COM CRITÉRIOS DEFINIDOS	900.000 HA	64.900	7,2
INTERMEDIÁRIO	2.2 ÁREAS PROTEGIDAS DE USO SUSTENTÁVEL SOB PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DE MANEJO DA TERRA APOIADAS PELO PROJETO DE ACORDO COM CRITÉRIOS DEFINIDOS	5.000.000 HA	963.176,00	19,0
INTERMEDIÁRIO	2.3. ÁREAS SOB MANEJO SUSTENTÁVEL ADOTADAS COMO RESULTADO DO PROJETO (CRI, HECTARE (HA))	5.928.000 HA	1.032.568,06	17,4
INTERMEDIÁRIO	3.1 PROPRIEDADES RURAIS ADOTANDO FERRAMENTAS DE PLANEJAMENTO DE USO DA TERRA PARA O MANEJO SUSTENTÁVEL DA TERRA	27.000	19.818	73,0
INTERMEDIÁRIO	3.2 MECANISMOS DE INCENTIVO PARA REDUZIR A PERDA FLORESTAL E AUMENTAR A RESTAURAÇÃO MELHORARAM	10	1	10,0
INTERMEDIÁRIO	4.1 PESSOAS LOCAIS CONSULTADAS SOBRE AS ATIVIDADES DO PROJETO (HOMEM)	2.100	2.673	127,3
INTERMEDIÁRIO	4.1 PESSOAS LOCAIS CONSULTADAS SOBRE AS ATIVIDADES DO PROJETO (MULHER)	900	1.227	136,3

O indicador 3.1 é reportado pelo Número de propriedades com o CAR validado. Esse indicador é medido anualmente por meio dos registros no SICAR/Estados. À medida as análises avançam, adquire-se experiência nos procedimentos de análise dos cadastros, principalmente como resolver gargalos de notificação e atendimento a essa por pequenos produtores na Amazônia. A notificação se dá por diferentes razões, como por exemplo informação cadastral com pendência, sobreposição entre propriedades ou com unidades de conservação e terras indígenas e, para continuidade da análise dos cadastros, se faz necessária o atendimento às notificações. Se o produtor atender a notificação, a análise do cadastro (CAR) ascende à uma nova etapa de conclusão, que corresponde a finalização da análise. Se o produtor não atender a notificação o CAR permanece em um status diferente de finalizado. Essa finalização compreende o que pode se chamar de CAR “validado”, que é o termo acordado para o reporte do indicador junto ao Banco Mundial. Em consulta aos estados parceiros, ficou entendido que o termo mais comumente utilizado pelos técnicos da área, para se definir a finalização da análise cadastral, é “CAR analisado sem pendência cadastral” ou “CAR analisado/finalizado”. No quadro 4 o número indicado é de 44.918 CAR analisados, que supera a meta do indicador. Entretanto, sabe-se que desse total indicado, nem todos os CAR estão finalizados e sem pendências cadastrais, ou seja, ainda não podem ser considerados o que estamos chamando no projeto de “CAR validado”. Considera-se que para consolidar o valor apresentado por ora, há que entender e discutir junto com os parceiros qual o melhor termo a ser utilizado para melhor caracterizar o indicador junto ao doador, e verificar quantos destes 44.918 CAR tiveram sua análise cadastral finalizada. Esses passos estão sendo efetivados pelo MMA e CI-Brasil, junto com as Unidades Operativas.

Para o indicador 3.1 entende-se que o número reportado anteriormente permanecerá “congelado” em 19.818 até que uma definição seja determinada, porém ressalta-se que o número de análises com recursos de contrapartida + recursos GEF totaliza 44.918 CAR que pelo menos já tiveram o seu processo de análise iniciado. Entretanto, como ressaltado acima, é preciso verificar quantas destas análises foram efetivamente finalizadas, para reportar o indicador conforme o entendimento junto ao doador e também nivelar o entendimento sobre a nomenclatura a ser utilizada para a definição de CAR finalizado.

Com relação ao indicador 3.2 (Mecanismos de Incentivos), destaca-se que algumas iniciativas de políticas públicas estão sendo implementadas nos estados parceiros, das quais destacam -se aqui:

- No Pará o DECRETO nº 941, de 3 de agosto de 2020 (DOE nº 34300, de 04/08/2020) institui o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) e cria o Comitê Científico do Plano e o Núcleo Permanente

de Acompanhamento do Plano e dá outras providências². O plano tem quatro eixos: 1) Comando e Controle que engloba, entre outras frentes, a Força Estadual de Combate ao Desmatamento; 2) A Política Territórios Sustentáveis com estratégia de aumento da restauração produtiva a partir do uso eficiente da terra, incentivos aos atores locais à regularização nas dimensões ambiental e fundiária, manejo florestal e emissão de diagnósticos territoriais científicos, que permitirão o estabelecimento de metas estratégicas; 3) O Fundo Amazônia Oriental que tem o objetivo captar recursos de investidores do setor privado para aplicação em investimentos de baixo carbono e; 4) o Programa Regulariza Pará (Fundário + Ambiental) direciona as ações em áreas prioritárias, além de implementar metas de regularização.

- Em Rondônia, a Lei nº 4.437 de 17/12/2018 institui a Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais - PGSA e cria o Sistema Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais - SGSA, no âmbito do Estado de Rondônia e dá outras providências³. Dentre outras, a lei tem como diretrizes: 1) a conservação, recuperação dos ecossistemas naturais e valorização de seus serviços, através de fomento às ações humanas voltadas à promoção de serviços ambientais; 2) proteção e ampliação dos sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa, através de práticas sustentáveis de uso do solo, reflorestamento, recomposição de áreas degradadas e ações que contribuam para a manutenção e o aumento do estoque de carbono; 3) incorporação da dimensão climática na avaliação de planos, programas e projetos públicos e privados no Estado; 4) utilização de instrumentos econômicos, tais como isenções, pagamentos pecuniários, subsídios, incentivos tributários e financiamentos, para promover a mitigação de emissões de GEE e adaptação às mudanças climáticas.

- No Amazonas, o Decreto nº 42.370 de 05/06/2020 regulamenta a Lei nº 4.406, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR, o Programa de Regularização Ambiental do Estado do Amazonas - PRA-AM⁴. A análise do CAR do Estado do Amazonas é uma das iniciativas que tem contrato em execução no projeto ASL e já tem resultados como contribuição para o indicador 3.1.

Essas três iniciativas podem ser contabilizadas no indicador 3.2 por terem seus objetivos diretamente associados às iniciativas em curso pelo projeto, porém somente o Estado do Amazonas tem apoiado a política com a iniciativa em curso pelo projeto. Tanto o Pará quanto Rondônia, à

² <https://www.semas.pa.gov.br/amazoniaagora/pilares/>

³ <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=372132>

⁴ <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=396604#:~:text=DAS%20DISPOSI%C3%87%C3%95ES%20GERAIS-,Art.,Legal%20e%20de%20Uso%20Restrito>

medida que suas ações previstas no ASL, relacionadas a estas normativas, se efetivarem, estas políticas passarão a contabilizar para o indicador. Um levantamento mais sistemático junto às unidades operativas, tanto ao nível federal quanto no estadual, será necessário para identificar quais são as políticas/iniciativas que estão em curso para somar-se ao indicador.

5. DESCRIÇÃO DO DESEMPENHO NO PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 2020

Componente 2

Estratégias complementares que promovam a recuperação da vegetação nativa, desenvolvam sistemas produtivos sustentáveis, fortaleçam as cadeias produtivas e apoiem a consolidação de UCs de uso sustentável que não fazem parte do programa ARPA são os objetivos do componente 2 e destacam a aquisição de bens e serviços para melhoria e estruturação das cadeias produtivas, principalmente nas unidades de conservação de uso sustentável não apoiadas pelo ARPA e os instrumentos de gestão dessas áreas.

Os planos de gestão de unidades de conservação ditam, de maneira geral, as normas de gestão, mediante a intensidade de uso sob zoneamento, além de estabelecer a ocupação e o uso dos recursos. Três unidades de conservação, duas no Pará, a Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, com área de 1.679.280,52 hectares (1.102.779,30 ha, no município de São Félix do Xingu e 576.501,22 há em Altamira) e a Floresta Estadual (Flota) do Iriri com 440.493 ha, localizada no município de Altamira, estão com seus termos de referência para elaboração de planos de gestão em fase de análise para publicação. O Ideflor-Bio, é o parceiro dessa ação.

Em parceria com a Sema do Acre, está em processo de revisão o plano de manejo da APA Lago do Amapá (contratado). A APA está localizada no município de Rio Branco e possui área de 5.224,00 ha⁵. Localizada em área urbana, a APA tem, dentre outras, a finalidade a proteção do lago de mesmo nome e ordenar a ocupação das áreas de influência do Seringal Amapá. A APA Igarapé São Francisco, possui área de 30.000,00 hectares está localizada nos municípios de Bujari (3.429,28 ha) e Rio Branco (26.344,41 ha) e está em fase de publicação a contratação de serviços para elaboração do plano de manejo da unidade (Quadro 11).

No âmbito federal, está aguardando publicação o TDR para os planos de gestão da APA Tapajós, que possui 2.039.581,00 ha e está localizada nos municípios de Itaituba (1.760.794,83 ha), Jacareacanga (283.967,57 ha), Trairão (5.434,71 ha)⁶, e em elaboração o plano de gestão da Reserva Extrativista Alto Juruá (506.186,00 hectares)⁷.

⁵ <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/4899>

⁶ <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/4442>

⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98863.htm

Essas áreas totalizam:

Quadro 11 - Unidades de conservação com instrumento de gestão planejado para elaboração

Unidade de Conservação	Área (hectare)
APA de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu	1.679.280,52
Flota do Iriri	440.493
APA Lago do Amapá	5.224,00
APA Igarapé São Francisco	30.000,00
APA Tapajós	2.039.581,00
Reserva Extrativista Alto Juruá	506.186,00
Total	4.700.764,52

Os instrumentos de gestão também balizam e podem ordenar as atividades produtivas nas unidades de conservação, especialmente aquelas desenvolvidas por populações tradicionais, com produtos da sociobiodiversidade, como manejo de pirarucu, manejo de quelônios, açaí, óleos (andiroba e copaíba) e castanha do Brasil.

Para fortalecer essas cadeias, de pirarucu e de quelônios, recursos com logística para realizar as ações de manejo e monitoramento tem sido aportados para a realização das atividades. Para a Resex Médio Juruá foi adquirida uma câmara frigorífica que tem objetivo viabilizar a estruturação de entreposto de pescado na região do Médio Juruá, visando otimizar o armazenamento, processamento e logística de escoamento do pescado, não somente na Médio Juruá, mas também, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari, gerando renda e condições de comercialização mais justas para as comunidades das unidades de conservação por meio do manejo do pirarucu. O equipamento foi instalado pela empresa contratada (contrato vigente), com o acompanhamento de técnicos do ICMBio e do parceiro local -, o Memorial Chico Mendes, mas em função da pandemia de covid-19 os testes para o funcionamento da câmara ficaram prejudicados e, conseqüentemente o treinamento de comunitários para a operacionalização e manutenção do equipamento.

A contratação para a recuperação de 140 hectares áreas degradadas, por meio da implantação de sistemas agroflorestais (SAFs), na Reserva Extrativista Alto Juruá, de responsabilidade do ICMBIO, está aguardando a publicação. O sistema será implantado de forma participativa e quando implantado tem a possibilidade de adotar modelos testados pela Embrapa Amazônia Oriental (Belém) e pelo governo do Acre. E na mesma unidade de conservação, também em fase de

publicação, está a construção de uma casa de farinha para o processamento e fabrico da farinha e outros derivados, com poço artesiano e espaço coletivo.

Em andamento, está o estudo para avaliar a situação do desembarque pesqueiro nos portos de Manaus e Santarém. O estudo está paralisado por causa da pandemia e em fase de realinhamento das condições para realizar sua última fase, que são o levantamento e coleta de dados em campo. Além desse estudo, foi possível publicar a contratação de serviços para: a) realizar duas expedições de coleta (enchente e vazante) de peixes em lagos de várzea da Rebio Abufari e RDS Piagaçu-Purus e entrevistas socioeconômicas nas comunidades ribeirinhas do rio Purus, e b) realizar monitoramento de botos e jacarés no trecho entre Coari e Manaus e no Médio Solimões. A contratação dessas duas atividades está suspensa por enquanto, por solicitação do ICMBio (antes da publicação) em função das restrições de circulação de pessoas e de embarcações no Amazonas.

De igual forma, as atividades previstas para a construção de 10 acordos de pesca pela Sema Amazonas também foram suspensas. Atividades pontuais no Acre têm sido realizadas, mas somente aquelas para o monitoramento de quelônios e para a identificação das áreas para a implantação do programa de regularização fundiária. A prioridade tem sido a aquisição de equipamentos.

Componente 3

O componente 3 visa o fortalecer a capacidade dos governos nacional e subnacional para desenvolver e implementar políticas setoriais e mecanismos financeiros para reduzir o desflorestamento e promover a recuperação florestal. E para isso, atividades variadas que constam no segundo planejamento (2020-2021) foram propostas, como as iniciativas do governo federal com valor de aproximadamente R\$ 5 mi, que ainda não foram iniciadas, porque estão no aguardo de definições estratégicas do Ministério do Meio Ambiente (Quadro 12).

Quadro 12 - Atividades propostas não iniciadas

Atividade	4.923.750,0
Realizar a priorização espacial para recuperação florestal na Amazônia	2.808.610,0
Definição do valor da conservação nas áreas privadas na Amazônia	1.209.000,0
Proposição de mecanismos financeiros para recuperação da vegetação nativa na Amazônia	556.140,0
Realizar o mapeamento dos ecossistemas do Brasil	200.000,0

Fortalecer mecanismos para implementação da política de PSA na Amazônia	100.000,0
Estruturar sítios Ramsar na Amazônia: Rio Negro e Rio Juruá	50.000,0
Total	4.923.750,0

Além destas atividades do MMA, outras atividades das unidades operativas também aguardam definição para serem iniciadas:

- Retificar cadastros de 300 imóveis (até 4 módulos) no interior da APA Triunfo do Xingu
- Elaborar PRADAs no âmbito do PRA para 100 imóveis no interior da APA Triunfo do Xingu (levantamento das áreas com passivos, visitas de campo, definição dos modelos de PRADA)
- Realizar estudo para identificação de áreas com potencial para implantação das Áreas de Coletas de Sementes (ACS)
- Modelar um Sistema Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, contemplando compensações pela proteção e recuperação florestal relacionadas a serviços hídricos e manutenção ou absorção de estoques de carbono.

Uma das contratações mais significativas, que foi realizada no período anterior, mas que terá continuidade em períodos seguintes, trata da Análise de 8.500 Cadastros Ambientais Rurais em 8 municípios do Sul do estado do Amazonas da área de influência da BR 319. A Análise do CAR tem rebatimento direto na meta ao indicador 3.1. *Propriedades rurais adotando ferramentas de planejamento de uso da terra para o manejo sustentável da terra*, com meta de Validar 27 mil cadastros na área de abrangência do projeto em parceria com a Sema do Amazonas e o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM).

Em fase de recebimento de propostas, estão duas consultorias também relacionadas à análise de CAR, uma para os municípios de São Félix do Xingu/Altamira, com área de abrangência na Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, 1.679.280,52 hectares, na qual 1.102.779,30 ha (66%) situam-se no município de São Félix do Xingu e 576.501,22 ha (34%) no município de Altamira⁸, com a meta de analisar 3.500 cadastros em parceria com a SEMAS-PA (OEMA).. Além dessa, para o Pará também em fase de análise de propostas, a contratação de uma consultoria

⁸ <https://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/regiao-administrativa-do-xingu/apa-triunfo-do-xingu/>

para realizar capacitação e implantação assistida do módulo de análise do SICAR/PA nos municípios de São Félix do Xingu e Altamira. E, com a SEDAM-RO (OEMA), a meta é realizar 15.500 mil análises (contratação em fase de análise de propostas).

Essas ações contribuirão para o fortalecimento da gestão ambiental estadual junto aos parceiros através do apoio com recursos humanos e o avanço das análises dos cadastros, que tem caminhado muito lentamente nos estados da Amazônia.

As ações relacionadas aos estudos preparatórios para a concessão florestal, do indicador 0.4. *Área florestal sob planos de manejo sustentável*, que tem como meta 1.400.000 hectares de áreas sob manejo florestal sustentável, estão em andamento com contrato firmado para:

- Realizar diagnóstico para concessão florestal de infraestrutura e logística de escoamento da madeira para determinação da precificação (preço mínimo) da madeira em pé para a concessão florestal na Floresta Estadual (Flota) de Maués, com área de 438.440,32 hectares⁹, localizada no município de mesmo nome, em parceria com a Sema do Amazonas. O estudo está em andamento e tem previsão de entrega dos resultados para abril de 2021. Esse estudo é complementar a outro que é a realização do inventário florestal da área destinada à concessão e o estudo social, cujo termo de referência está em fase de análise e ajuste pela CI.
- No âmbito federal, foi contratado o serviço para realização inventário florestal amostral em para subsidiar o edital de concessão florestal da Floresta Nacional de Tapirapé-Aquiri, unidade de conservação com 196.551,42 hectares, localizada nos municípios de Marabá (85,74%); São Félix do Xingu (14,26%)¹⁰, em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro.
- Em fase de análise de propostas, tem-se os estudos de infraestrutura e logística da Floresta Nacional Tapirapé-Aquiri (Pará) e da Gleba Castanho com área de 131.946 mil hectares¹¹ (município de Castanho no Amazonas), cujo objetivo é realizar diagnóstico das condições de logística de transporte, das capacidades produtivas

⁹ <http://meioambiente.am.gov.br/floresta-estadual-de-maues/>

¹⁰ https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/flona_tapirape-aquiri.pdf

¹¹ <https://www.florestal.gov.br/documentos/publicacoes/4567-paof-2021-revisao-final-15julho20/file>

instaladas e das infraestruturas existentes para a exploração, processamento e comercialização de produtos e serviços florestais, além da estimativa do valor do preço mínimo da madeira em pé, para subsidiar os editais de concessão florestal.

As unidades de conservação totalizam área de 766.937,74 hectares em estudo para concessão florestal.

Com relação aos temas ligados à recuperação ambiental, especificamente ao apoio à estruturação da cadeia, foi realizada a reforma do sistema de irrigação do viveiro da Floresta (SEMA-AC). O viveiro tem capacidade de produzir até 650 mil mudas/ano e poderá doar, a partir da produção até 335.000 mudas para propriedades rurais que aderirem a recomposição das áreas identificadas com passivo, após a análise do CAR.

Em continuidade e complementarmente à reforma do viveiro estão sendo adquiridos com recursos do projeto, insumos, como sementes e adubos para a produção de mudas no viveiro da floresta (em fase de contratação), e a implementação de projeto de recuperação de áreas alteradas em 195 hectares (em fase de análise de propostas) em regionais de desenvolvimento do Alto Acre, Baixo Acre, Purus e Tarauacá-Envira, onde as atividades de recomposição florestal atenderão, especificamente, pequenas propriedades e posses rurais da agricultura familiar, especialmente em: Lote I: Áreas de Proteção Ambiental – APA Lago do Amapá e APA Igarapé São Francisco, no município de Rio Branco - Acre e em Projetos de Assentamento do entorno e nos lotes de concessionários da Floresta Estadual do Afluentes, nos municípios de Manoel Urbano e Feijó; Lote II: áreas no entorno, nos municípios de Brasiléia, Capixaba e Epitaciolândia, dentro do perímetro de 10 Km (dez), que compreende a Zona de Amortecimento da Reserva Extrativista Chico Mendes e, Lote III: áreas no entorno, no perímetro de 10 km (dez) da Zona de Amortecimento da Reserva Extrativista Chico Mendes e em áreas no município de Acrelândia.

As demais contratações têm como foco a aquisição de equipamentos para a melhoria das condições de trabalho das instituições (computadores, GPS e outros).

Componente 4

As ações desse componente no período tiveram suas ações relacionadas ao acompanhamento por parte da UCP junto à CI e também às unidades operativas além das reuniões com o Banco para

alinhamentos, principalmente sobre: ajustes nas lacunas dos processos de aquisição; capacitações para melhorar os entendimentos das equipes sobre as diretrizes e normas de aquisição ; discussão sobre fluxos e formulários relacionados às salvaguardas socioambientais e discussões sobre a ajustes nos reportes das contrapartidas financeiras.

As principais lacunas encontradas nos processos de aquisição foram:

- a) as planilhas de orçamento (memórias de cálculo) com falhas na correspondência ao escopo do TdR;
- b) o escopo dos TdRs com deficiência nos critérios de avaliação.

Para sanar as dúvidas foram realizadas reuniões com a equipe de aquisições do Banco e com a equipe da CI e MMA, além de treinamento incluindo as equipes das UOs nos dias 01 e 02 de setembro de 2020, para encaminhar as mudanças recomendadas pelo Banco.

Em relação aos procedimentos para monitoramento das salvaguardas socioambientais, nos dias 28 e 29 de setembro de 2020 foi realizado o treinamento do MMA e CI com a equipe de salvaguardas do Banco, que fez uma explanação geral sobre os requisitos e apresentou a ferramenta (Kobotoolbox) a ser utilizada pelo projeto para o monitoramento. Participaram do treinamento técnicos da CI e do MMA e ficou definido que será realizado um treinamento na ferramenta com técnicos das unidades operativas.

A CI e MMA têm realizado reuniões virtuais com os pontos focais das unidades operativas para acompanhar a execução do projeto, ouvir sobre os desafios de implementação em tempos de pandemia e tratar as questões urgentes.

Em relação às atividades de Coordenação (MMA) previstas no POA 2020-2021 e também junto aos estados estão sendo realizadas remotamente, por isso os recursos não estão sendo consumidos e, de igual forma, para as unidades operativas do Sema - Acre e Sedam - Rondônia que têm recursos nesse componente com atividades de intercâmbio, encontros e monitoramento do projeto.

O sistema de gestão do projeto, contratado no início do segundo semestre de 2020 teve um avanço significativo no seu desenvolvimento. O MMA, a CI e empresa contratada têm realizado reuniões semanais para o acompanhamento do desenvolvimento e ajustes na solução em sua primeira fase que é a estruturação com base no formato de planejamento e monitoramento das atividades do projeto junto à CI e as unidades operativas. Estão previstos para o primeiro semestre de 2021

semestre a finalização da fase1 e fase 2 da solução, bem como os treinamentos das equipes do MMA e CI, além das equipes dos parceiros para a operacionalização do sistema.

Os planejamentos operativos das agências implementadoras estão passando pelo processo de replanejamento e reprogramação. Isso se faz necessário por causa da situação que foi imposta pela pandemia a partir do mês de abril de 2020 e que tem perdurado até os dias atuais. Parte dos estudos ou atividades de campo propostos para a execução em 2020 não puderam ser realizados, pois envolvem coleta de dados em campo, em unidades de conservação ou envolvem o contato com populações tradicionais e, por restrições impostas pelos governos, as ações foram paralisadas. Quando as atividades acontecem, há a orientação de seguir os protocolos desenhados pelo projeto e a CI tem reforçado a adoção de medidas que quebrem a cadeia de transmissão do coronavirus.

6. SUSTENTABILIDADE DAS AÇÕES DO PROJETO

O Projeto ASL 1 traz como abordagem três principais aspectos que norteiam a sua estrutura:

- O desenho do projeto, que atribui direcionamento das ações vindas das unidades operativas e parceiros em nível estadual e federal, que decidem, junto com o MMA, baseados nos objetivos e metas do projeto, o rumo do planejamento para cada biênio de execução e das políticas a serem implementadas nos seus territórios.
- A abordagem territorial, que é o recorte espacial de atuação nas áreas onde as ações são implementadas, principalmente aquelas relacionadas: (a) proximidade/sobreposição com eixos principais de desenvolvimento (BR-163, BR-230 e BR-364); (b) áreas com mosaicos de unidades de conservação de uso sustentável; (c) áreas de maior pressão de desmatamento; e (d) complementaridade com outros projetos e em diferentes categorias fundiárias: unidades de conservação de uso sustentável, imóveis rurais de pequenos produtores e áreas de entorno de unidades de conservação.
- A convergência das políticas públicas ambientais nos níveis federal e estadual principalmente para a conservação da biodiversidade, por meio das áreas protegidas; fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade; recuperação e restauração da paisagem e regularização ambiental.

A variedade de ações propostas nos componentes 2 e 3 refletem esses aspectos e este relatório analisa particularmente dois temas que são importantes para o atingimento das políticas públicas ambientais em curso, que são o manejo florestal sustentável por meio da realização dos estudos preparatórios da Concessão Florestal nas áreas protegidas em nível estadual e federal e a regularização ambiental a partir da realização das análises do Cadastro Ambiental Rural. Os demais temas apoiados pelo projeto serão analisados nos próximos relatórios. Ou seja, cada relatório trará a discussão sobre dois temas apoiados pelo projeto.

A concessão florestal é um instrumento instituído pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/2006) que trata da gestão de florestas públicas para a produção sustentável. Para que a concessão aconteça são necessários estudos técnicos, além do plano de manejo da unidade de

conservação, no caso das Florestas Nacionais (Flonas) e plano de gestão para as Florestas Estaduais (Flotas) além dos estudos complementares como os inventários florestais e os estudos de precificação e logística e se necessários, os estudos fundiários. Excetuando o último, o projeto tem apoiado a realização desses estudos, tanto no âmbito federal, como no estadual.

No âmbito dos estados, o Ideflor-Bio (Pará) e a Sema do Amazonas têm ações que contemplam a elaboração de plano de gestão para a Flota do Iriri e os estudos socioeconômicos e de logística e precificação para a Flota de Maués (Amazonas) para que futuramente possam preparar as unidades de conservação para conceder as áreas para concessão.

O Serviço Florestal Brasileiro tem avançado bastante com as concessões em diferentes estados da Amazônia e serve como inspiração a partir das suas experiências para os estados que têm interesse em gerir suas florestas públicas mediante o pagamento dos produtos do manejo florestal, como a madeira e demais produtos.

Esses estudos não somente subsidiam a tomada de decisão, mas também proporcionam a garantia que as concessões serão realizadas com base nas especificidades de cada área/região.

Ampliar a produção florestal sustentável é uma meta estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), capitaneada pela atuação do Serviço Florestal Brasileiro, no qual a agenda de concessões florestais foi incluída no portfólio de Projetos Estratégicos Corporativos, como PEC 6 – Promover a ampliação da produção florestal sustentável e, mais recentemente, por meio da edição do Decreto 10.347, de 13 de maio de 2020, instituiu-se o MAPA como o poder concedente das concessões florestais federais no âmbito federal¹². O Ideflor-Bio no Pará e a Sema Amazonas são instituições com a responsabilidade de levar a cabo a concessão no projeto. As ações apoiadas pelo projeto estão balizadas nos planejamentos (Planos de Outorga Florestal) e têm garantia de continuidade após o término do apoio do ASL, com identificação e caracterização das áreas, licenciamento, monitoramento da execução dos contratos e do manejo, além da repartição de benefícios aos municípios onde as áreas estão localizadas e para as comunidades, favorecendo sua permanência nas suas localidades.

¹² MAPA/SFB: Plano Anual de Outorga Florestal - PAOF 2021 - <https://www.florestal.gov.br/documentos/publicacoes/4567-paof-2021-revisao-final-15julho20/file>

A regularização ambiental é um dos instrumentos de gestão que o código florestal preconiza e tem como objetivo estabelecer por meio Cadastro Ambiental Rural, uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, bem como combate ao desmatamento.

O apoio do ASL às ações de regularização ambiental pode fortalecer a capacidade, principalmente dos governos estaduais, para desenvolver e implementar políticas setoriais e mecanismos financeiros para a reduzir o desmatamento e promover a recuperação florestal, como por exemplo, os Programas de Regularização Ambiental (PRA).

O ASL tem como estratégia apoiar a contratação de recursos humanos para a realização de análises dos cadastros ambientais rurais inseridos na base de dados dos Estados do Amazonas, Pará e Rondônia, bem como a capacitação das equipes para dar celeridade e avançar com as análises e equipamentos para suprir necessidades pontuais dos parceiros. A análise dos cadastros permitirá quantificar e qualificar a vegetação existente, a vegetação nativa e os passivos ambientais nos imóveis rurais relativos às áreas de preservação permanente, áreas de uso restrito e áreas de reserva legal.

Esses esforços acompanham e apoiam as estratégias estaduais à medida que as políticas são implementadas e são ajustadas em consonância com os aprendizados, pois a regularização ambiental ainda é um desafio para os governos, à medida que se aprimoram os processos de análise, ao mesmo tempo em que as inscrições dos cadastros ainda estão sendo realizadas e a recuperação ambiental está sendo promovida, pensada e discutida. Isso inclui não somente aspectos técnicos, mas de implementação por parte dos produtores, com recursos e tecnologias, principalmente os pequenos, mas também desafia. Na medida em que se avance com as análises, todos deverão pensar no monitoramento de um número grande de áreas para se atingir os objetivos da regularização ambiental.

Embora os desafios sejam tamanhos, para a conclusão e conhecimento do quanto, onde e em que medida recuperar a partir dessas análises, as ações previstas no projeto têm efeito de continuidade e contribuem para cumprir a meta do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) e as políticas estaduais. Além disso, os estados têm atuado com parcerias locais, como as Emater do Pará e Rondônia, no âmbito do projeto, para apoio na retificação de imóveis rurais inscritos no SICAR e na definição e implementação dos PRAs. No Amazonas a Sema tem atuado fortemente com o Instituto de Proteção Ambiental do Estado (órgão licenciador e gestor do CAR) para avançar com os processos de análise e com o órgão estadual de assistência técnica para

fomentar os projetos de recuperação. O Acre tem executado as iniciativas com recursos do Fundo Amazônia, que proveu equipe para análise. A soma de esforços manterá o rumo da implementação das políticas.

7. FATORES CRÍTICOS QUE AFETARAM O DESEMPENHO DO PROJETO

A priorização para aquisição de equipamentos e serviços em detrimento de outras atividades relacionadas à estudos e/ou atividades que concentram recursos em custos operacionais, o que tem prejudicado a contratação de consultorias estratégicas, que exigem trabalho intelectual mais elaborado, mas que são fundamentais para o apoio às políticas públicas.

A pandemia do Coronavírus reduziu consideravelmente as atividades de campo com todos os parceiros do projeto e parte do recurso ficou parada por não realização das atividades. Atividades têm sido reprogramadas em função da indefinição do retorno à normalidade pelas unidades operativas.

Em função de mudanças 1) na estrutura, com a transferência do Departamento de Ecossistemas do MMA, responsável pela coordenação dos componentes 2, 3 e 4 do projeto, da Secretaria de Biodiversidade para a Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais, 2) de alternâncias nos cargos de direção do departamento, 3) do prazo para o entendimento do projeto pelos dirigentes e do devido alinhamento com as prioridades e das expectativas da nova secretaria e 4) da centralização no processo de tomada de decisão no Ministério do Meio Ambiente, pouco do que foi planejado em atividades da Unidade de Coordenação de Projetos (UCO0 não foi iniciado).

Parte das unidades operativas apresentam dificuldades em enviar as solicitações/demandas de aquisição no prazo comprometido no POA. A CI tem realizado as correções nos documentos e devolutivas (termos de referência e especificações técnicas) às unidades operativas com prazo acima das expectativas, inferior a 15 dias, quando de consultorias complexas, porém têm-se observado várias devoluções às unidades operativas, o que acarreta atraso para a operacionalização das demandas. De fato, o fluxo de correção/ajustes, aprovação e não objeção, até a publicação dos termos de referência e especificações técnicas, tem sido longo, com várias devolutivas e organizações no processo - UO, CI, MMA e Banco Mundial.

Outro fator crítico foi a dificuldade por parte dos fornecedores para entregar os bens/equipamentos a serem adquiridos no local de entrega definido pelas unidades operativas em função da localidade do CNPJ da CI. A solução encontrada foi realizar as entregas em Brasília para depois enviá-las aos destinos especificados pelas UOs.

8. RISCOS E OPORTUNIDADES QUE PODEM AFETAR O DESEMPENHO DO PROJETO

O quadro 13 apresenta um resumo dos riscos e oportunidades identificados no período de reporte de execução deste relatório. A identificação não se esgota aqui, pois à medida que o projeto avança, outros riscos e oportunidades podem ser identificados e tratados.

Quadro 13 - Riscos que podem afetar o desempenho do Projeto

Opção	Risco / Oportunidade	Descrição
Taxa de Câmbio	<u>Risco</u>	Necessidade de maior alocação de contrapartida dos parceiros, o que pode impactar significativamente a execução do Projeto, pois foi aprovado em uma taxa de R\$3,27 em 2017, sendo que nos últimos anos houve uma elevação significativa, chegando quase R\$ 6,00. Cabe destacar que com a crise atual, muitos projetos locais que seriam contrapartida foram cancelados e o recurso federal tem sido priorizado para saúde.
	<u>Oportunidade</u>	Em contrapartida, poderá ser considerada uma oportunidade, pois o recurso aportado pelo GEF apresentaria uma elevação de quase 70%, possibilitando aos parceiros novos investimentos para temas prioritários.
Contrapartida	<u>Risco</u>	Os parceiros alocaram recursos de projetos vigentes em 2016/2017, por meio de ofícios, contudo, o prazo de elegibilidade do projeto para contribuição e contrapartida é de 04/2017, gerando um déficit de iniciativas locais que estavam em curso, em especial para Rondônia e Pará. Ademais, muitos projetos em curso ou previstos foram paralisados ou cancelados, os quais deverão ser reativados ou novos projetos devem ser inseridos no projeto para cumprimento das contrapartidas pactuadas com o GEF.

Execução financeira	<u>Risco</u>	<p>A execução até o exato momento é de 7%, considerada baixa, pois o projeto tem uma previsão de prazo elegível até 31/10/2023. Cabe citar que haverá uma necessidade de se negociar uma prorrogação de prazo, visto o atraso no início t do projeto em 2018 e a atual pandemia mundial. Tais fatores impactaram e impactam a execução das atividades, em especial, ações locais.</p>
Plano Operativo	<u>Risco</u>	<p>Planejamento superdimensionado, com muitas atividades previstas para o período. Por outro lado, verifica-se um monitoramento deficiente por parte das UOs, CI e MMA, que está sendo aperfeiçoado, a partir do entendimento e estruturação do reporte dos indicadores físicos e financeiros e do acompanhamento mais sistemático por parte da CI e MMA das atividades da UOs. Além disso, têm-se atrasos na elaboração dos TdR/ ETs e orçamentos subdimensionados.</p>
	<u>Oportunidade</u>	<p>Melhoria no fluxo de monitoramento das atividades por parte das UOs, CI e MMA, com revisão periódica do POA para refletir a realidade do contexto no qual são realizadas as atividades.</p>
Contratações	<u>Risco</u>	<p>Contratos longos com pagamentos distribuídos igualmente pela vigência do contrato que, além de acarretar desembolsos não significativos para o projeto, também aumentam o risco de quebra de contrato.</p>
	<u>Oportunidade</u>	<p>Melhoria na definição do cronograma de pagamentos dos contratos de longo prazo, com menos pagamentos, de maior vulto.</p>

		Adicionalmente, identificou-se a possibilidade de melhoria na execução das pequenas compras, que poderão ser preparadas pelas UOs (cotação), sob supervisão e aprovação da CI-Brasil. Procedimento específico foi estabelecido.
Pandemia	<u>Risco</u>	Não execução dos Planos Operativos ou substancial atraso na execução. Não realização das atividades de campo, com baixa execução de recursos de custeio. Prorrogação constante de contratos que tenham em seu escopo a realização de atividades de campo para composição das entregas/ produtos.
Morosidade na preparação dos documentos entre UO e CI a serem publicados para a consecução das contratações.	<u>Risco</u>	A duração impacta diretamente no processo de contratação das ações identificadas nos planejamentos. Isso se deve em parte pela dedicação parcial ao projeto dos técnicos das UOs que se dedicam à outras atividades relacionadas às suas funções, as correções nos documentos, tanto por parte da CI como das UOs têm apresentado um tempo superior a 30 dias, dependendo da complexidade do tema e do recurso destinado à ação. O fluxo de preparação, análise e correção de um termo de referência é longo (UO » CI » UO » MMA » BM » CI) e isso gera impacto no processo de aquisição e, conseqüentemente no desembolso dos recursos pela baixa execução financeira. A orientação da equipe para o início da preparação dos documentos e no processo de análise requer atenção para modificar essa situação, ou seja, acompanhar mais finamente junto às equipes dos parceiros a elaboração dos documentos de contratação e o planejamento para que os prazos sejam mais

		realistas e cumpridos para evitar atrasos na preparação.
Áreas em recuperação passiva alocadas como contrapartida	<u>Risco</u>	Áreas de recuperação, especialmente recuperação passiva, alocadas no projeto como contrapartida sem uma declaração/instrumento de comprometimento de manutenção em longo prazo destas áreas, entre os parceiros e o MMA pode comprometer o alcance das metas. Nesse sentido, um alinhamento com os parceiros é fundamental para entender e construir um modelo de garantia que as áreas estão sob gestão adequada.
	<u>Oportunidade</u>	Estabelecer um mecanismo-modelo de garantia das áreas junto aos parceiros e, desenvolver uma ferramenta de monitoramento continuado que sirva para projetos similares.

9. SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS

Durante o semestre, foi priorizada a revisão dos fluxos e formulários de Salvaguardas socioambientais e realizado treinamento oferecido pelo Banco à equipe do MMA e CI na ferramenta Kobotoolbox, para conhecimento e entendimento se a ferramenta pode ser aplicada para o monitoramento das salvaguardas.

A revisão dos formulários focou na simplificação e no enquadramento das diferentes fases do monitoramento-, que vai desde a definição das propostas de apoio (ações/atividades), quanto da elaboração do planejamento operacional (PO), até a realização das ações/atividades em campo. Foram definidas também as responsabilidades dos diferentes atores envolvidos na implementação das atividades, como as Unidades Operativas e CI. O formulário também foi ajustado para permitir monitorar as atividades por tipo de intervenção, como Atividades de intervenção direta; Atividades de intervenção indireta e Atividades de obra, reforma/ampliação de ambientes. Entende-se que o enquadramento facilitará o processo de aplicação dos formulários e o monitoramento dos resultados.

A CI vinha, de maneira indireta, realizando a verificação de informações relevantes para as salvaguardas, ou seja, sem fazer relatoria do cumprimento, durante a elaboração do PO, na fase de definição do apoio, na qual eram verificadas: o enquadramento das ações/atividades nos temas de apoio; o tipo de intervenção; os beneficiários e se havia consulta a esses e as áreas de realização.

Essa verificação tem acontecido durante as reuniões preparatórias e de validação do plano, esta, com a presença do MMA, onde as propostas são avaliadas, considerando o mérito, a factibilidade de realização e se as proposituras têm alcance nos indicadores do projeto, seja, diretamente ou indiretamente. Durante o processo de validação o MMA pode decidir pela exclusão do apoio se verificadas que as proposituras não se sustentam do ponto de vista social, ambiental e financeiro ou ainda solicitar informações complementares para avaliar e/ou qualificar pode ter o apoio validado.

As seguintes ações/atividades foram bastante questionadas pelo MMA durante o processo de definição por não apresentarem viabilidade e ainda estão no aguardo de que as unidades operativas façam análises e estudos complementares, como plano de negócios, a fim de que possam ser implementadas:

- Construção de viveiro de mudas para a produção de insumos para reflorestamento em unidade de conservação onde não se verificam moradores que possam implementar e manter os viveiros em funcionamento - em Rondônia;
- Construir e implantar uma agroindústria de beneficiamento de castanha do Brasil em uma Resex (Rio Cautário) para produção de 300 t/ano. A recomendação feita durante a validação do PO foi que havia a necessidade de realizar um estudo complementar para avaliar o potencial da área para produzir o quantitativo proposto, as questões logísticas, além de um sistema de governança envolvendo os beneficiários do empreendimento;

Após o aperfeiçoamento dos formulários e inserção desses na ferramenta Kobotoobox, os registros serão realizados para atender o cumprimento do monitoramento e garantir que as iniciativas propostas estão em consonância com as políticas do Banco, as políticas nacionais e subnacionais.

A coordenação de comunicação tem sido o ponto focal para realizar os registros e sistematizações das queixas e sugestões. Pelo que foi levantado até o momento não se verificam questionamentos e ou elogios para apresentar. Essa é uma questão para ser analisada, de forma a entender-se o porquê do não recebimento destas manifestações, . Talvez seja necessário reforçar a comunicação e divulgação dos canais para tanto já instituídos pelo projeto juntos aos parceiros e demais interessados. Também já foi aprovado o documento sobre o Procedimento para Registro e Respostas a Queixas e Sugestões.

Nos próximos relatórios serão relatados os acompanhamentos das salvaguardas, considerando os fluxos, formulários e responsabilidades já definidos, e já com a capacitação dos envolvidos. Também será verificado se as atividades relacionadas à obras, serviços e equipamentos estão contemplando as medidas preventivas ou de mitigação previstos nas orientações do banco sobre salvaguardas e o disposto nos planos de manejo das unidades de conservação beneficiadas pelo projeto.

No quadro 14 lista-se as principais atividades em andamento e as possíveis ações requeridas para o monitoramento das atividades.

Quadro 14 - Atividades em execução e as ações requeridas para o monitoramento das salvaguardas

Descrição da Atividade	Comentário	Ação Requerida
Análise do CAR em áreas prioritárias no AM - SEMA AM	<p>A análise dos Cadastros Ambientais são realizadas por meio remoto que verificará, dentro outros aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o perímetro do imóvel rural declarado; - área de Reserva Legal em relação ao estabelecido pela Lei no 12.651, de 2012; - área de preservação permanente; - sobreposição de perímetro de um imóvel rural com o- perímetro de outro imóvel rural ou áreas protegidas. <p>Não há previsão de visitas a campo e as análises seguem os normativos federais e estaduais.</p>	Nenhuma intervenção é prevista através da atividade.
Revisão do plano de manejo da APA Lago do Amapá e estudos complementares - SEMA AC	<p>Portaria 009 de 05 de março de 2012 que publica o Plano de Manejo da APA Lago do Amapá (Fase I) e pelo tempo decorrido, o plano precisa ser atualizado no que diz respeito ao zoneamento e a ações que foram previstas para serem desenvolvidas em cada uma das áreas definidas no zoneamento e de sua organização de acordo com os programas temáticos estabelecidos, como:</p> <p>Programa de Proteção e Controle Programa de Pesquisa e Monitoramento Programa de Operacionalização Cooperação Institucional Programa de Mitigação de Impactos e Redução de Pressões Programa de Alternativas de Desenvolvimento</p> <p>As ações foram iniciadas e as atividades de campo foram realizadas sem envolver a população da APA e as consultadas serão realizadas quando a pandemia permitir.</p> <p>http://sema.acre.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/03/DOC_FINAL_FASE-1_APA_LAGO_DO_AMAP%C3%81.pdf</p>	<p>Nenhuma intervenção é prevista através da atividade.</p> <p>As consultas às populações residentes na APA, quando necessárias, serão acompanhadas pelo órgão gestor da UC - Sema e terão o de acordo dos consultados.</p> <p>As reuniões presenciais estão suspensas temporariamente por causa da Covid-19.</p>
Realização da análise de Cadastros Ambientais Rurais (CAR) no SICAR – SEDAM	<p>A análise dos Cadastros Ambientais são realizadas por meio remoto que verificará, dentro outros aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o perímetro do imóvel rural declarado; - área de Reserva Legal em relação ao estabelecido pela Lei no 12.651, de 2012; - área de preservação permanente; - sobreposição de perímetro de um imóvel rural com o- perímetro de outro imóvel rural ou 	<p>Nenhuma intervenção é prevista através da atividade.</p> <p>As análises serão realizadas de forma remota.</p>

	<p>áreas protegidas.</p> <p>Não há previsão de visitas a campo e as análises seguem os normativos federais e estaduais.</p>	
Serviço técnico para reforma do galpão de trabalho, casas de vegetação, de sombra e de aclimatação - SEMA AC	<p>As ações estão voltadas para implementar o Programa de Regularização Ambiental do Acre instituído pela LEI Nº 3.349/2017, que tem como dentre outros objetivos, Art. 2º:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a adequação das propriedades e posses rurais ao disposto na legislação ambiental; – a manutenção ou a recomposição das áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito; – a conservação e a recuperação das florestas e da biodiversidade. <p>A lei prevê em seu Art. 15 que o Poder Executivo fica autorizado a conceder incentivos e apoio para a regularização ambiental de imóveis rurais, em especial:</p> <p>I – prestar assistência técnica rural para apoiar a regularização ambiental de pequenas propriedades ou posses rurais familiares.</p> <p>Nesse sentido, o projeto contribui com a implementação da política pública para a regularização ambiental por meio da aquisição de insumos e outras demandas.</p>	<p>As intervenções para a realização dos serviços constituem-se basicamente em reforma e não preveem supressão de vegetação, licenciamento ambiental e contato direto com populações, exceto técnicos da Sema que vistoriam as obras.</p> <p>A reforma contém especificações definidas e recomendadas para a instalação de viveiros de mudas.</p>
Realizar capacitação e implantação assistida do módulo de análise do SICAR/PA nos municípios de São Félix do Xingu e Altamira - IDEFLORBIO PARA	<p>A análise dos Cadastros Ambientais são realizadas por meio remoto que verificará, dentro outros aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o perímetro do imóvel rural declarado; - área de Reserva Legal em relação ao estabelecido pela Lei no 12.651, de 2012; - área de preservação permanente; - sobreposição de perímetro de um imóvel rural com o- perímetro de outro imóvel rural ou áreas protegidas. <p>Não há previsão de visitas a campo e as análises seguem os normativos federais e estaduais.</p>	<p>A capacitação será realizada de forma virtual.</p> <p>Nenhuma intervenção adicional está prevista.</p>
Análise do Cadastro Ambiental Rural - CAR, na Plataforma SICAR/PA, baseados na sala de análise da DIORED/SEMAS-PA - IDEFLORBIO/SEMAS	<p>A análise dos Cadastros Ambientais são realizadas por meio remoto que verificará, dentro outros aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o perímetro do imóvel rural declarado; - área de Reserva Legal em relação ao estabelecido pela Lei no 12.651, de 2012; - área de preservação permanente; - sobreposição de perímetro de um imóvel rural com o- perímetro de outro imóvel rural ou áreas protegidas. <p>Não há previsão de visitas a campo e as análises seguem os normativos federais e estaduais.</p>	<p>Nenhuma intervenção é prevista através da atividade.</p>

<p>Diagnóstico para concessão florestal - SEMA AM</p>	<p>A Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006 de Gestão das Florestas Públicas que permite ao Poder Público conceder a Pessoas Jurídicas, incluindo empresas, cooperativas e associações de comunidades locais, permissão para realizar o manejo florestal sustentável para extrair produtos madeireiros e não madeireiros e para oferecer serviços de turismo. As áreas para concessão são definidas por meio de um Plano de Outorga Florestal (POFE), no âmbito estadual.</p> <p>O estudo visa o diagnóstico de infraestrutura e logística de escoamento da madeira para determinação da precificação de produtos madeireiros e não madeireiros para subsidiar a realização da concessão florestal na Flota Maués no Amazonas.</p>	<p>Nenhuma intervenção é prevista através da atividade.</p>
<p>Adquirir pacote de materiais dos viveiros (semente, adubo.)</p>	<p>Os insumos adquiridos serão utilizados para a implantação de viveiros comunitários a APA Triunfo do Xingu.</p>	<p>As atividades previstas deverão levar em conta a pandemia da Covid-19 e que a realização das atividades atendam as salvaguardas socioambientais, como por exemplo, a OP 4.09.</p>
<p>Contratação de consultoria pessoa física para avaliar a situação do desembarque pesqueiro - ICMBio</p>	<p>O estudo pretende verificar as condições estruturais dos portos e de cadeia de valor de pescado e suas implicações para a estratégia de monitoramento pesqueiro.</p>	<p>O estudo está paralisado em função da pandemia de Covid -19.</p> <p>Está sendo programado o retorno das atividades para apresentação dos primeiros levantamentos. As reuniões presenciais foram canceladas e estão sendo previstas para acontecerem de forma virtual.</p> <p>Nenhuma intervenção é prevista através da atividade.</p>
<p>Realizar levantamento de condições de logística de transporte, infraestrutura, e pesquisa de preços florestais no entorno de florestas públicas para concessão florestal - SFB</p>	<p>A Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006 de Gestão das Florestas Públicas que permite ao Poder Público conceder a Pessoas Jurídicas, incluindo empresas, cooperativas e associações de comunidades locais, permissão para realizar o manejo florestal sustentável para extrair produtos madeireiros e não madeireiros e para oferecer serviços de turismo. As áreas para concessão são definidas por meio de um Plano de Outorga Florestal (PAOF).</p> <p>O estudo visa levantar a situação atual das condições de logística de transporte (modal rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroviário) e da infraestrutura disponível para</p>	<p>Nenhuma intervenção é prevista através da atividade.</p>

	processamento e armazenamento da produção florestal na região da floresta pública em questão.	
Implementação de projeto de recuperação de áreas alteradas - SEMA AC	<p>As ações estão voltadas para implementar o Programa de Regularização Ambiental do Acre instituído pela LEI N° 3.349/2017, que tem como dentre outros objetivos, Art. 2º:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a adequação das propriedades e posses rurais ao disposto na legislação ambiental: – a manutenção ou a recomposição das áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito; – a conservação e a recuperação das florestas e da biodiversidade. <p>A lei prevê em seu Art. 15 que o Poder Executivo fica autorizado a conceder incentivos e apoio para a regularização ambiental de imóveis rurais, em especial:</p> <p>I – prestar assistência técnica rural para apoiar a regularização ambiental de pequenas propriedades ou posses rurais familiares.</p> <p>Nesse sentido, o projeto contribui com a implementação da política pública para a regularização ambiental por meio da aquisição de insumos.</p>	<p>O plano de trabalho será ajustado para permitir que ações no campo sejam realizadas.</p> <p>As atividades previstas deverão levar em conta a pandemia da Covid-19 e que a realização das atividades e atendam as salvaguardas socioambientais, como por exemplo, a OP 4.09. Além disso, será levada em conta a conduta dos prestadores de serviço em relação às comunidades beneficiadas.</p>
Contratar serviço e material para instalação de rede elétrica trifásica para suporte aos equipamentos e máquinas da agroindústria de produção de polpas de frutas para Flona Tapajós - ICMBIO	O serviço visa estender a fiação de rede elétrica pública para a agroindústria na comunidade de São Domingos da Flona Tapajós. O serviço previu a aquisição de materiais elétricos, a mão de obra para a instalação e a comunicação com o provedor público para a ligação e a licença do órgão gestor da UC (ICMBio).	<p>As intervenções para a realização dos serviços foram a autorização do provedor de serviços da energia elétrica do Pará (Celpa), a autorização de limpeza da área emitida pelo ICMBio (n 062/2021) - limpeza da área de capoeira para ampliar a rede com a limpeza das faixas laterais de ramal de 3m para 8m a fim de evitar que a vegetação toque na linha de energia emitida em nome da Coomflona - Cooperativa Mista da Flona).</p> <p>O gestor da Flona tem acompanhado a execução dos serviços.</p> <p>Nenhuma recomendação adicional foi emitida para a realização da intervenção.</p>
Contratação de serviços técnicos para reforma de sistema de irrigação do viveiro da Floresta - SEMA AC	<p>As ações estão voltadas para implementar o Programa de Regularização Ambiental do Acre instituído pela LEI N° 3.349/2017, que tem como dentre outros objetivos, Art. 2º:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a adequação das propriedades e posses rurais ao disposto na legislação ambiental: – a manutenção ou a recomposição das áreas de preservação permanente, de reserva 	Acompanhamento junto com a UO a implementação da reforma no que diz respeito ao atendimento das questões de saúde e segurança dos

	<p>legal e de uso restrito; – a conservação e a recuperação das florestas e da biodiversidade. A lei prevê em seu Art. 15 que o Poder Executivo fica autorizado a conceder incentivos e apoio para a regularização ambiental de imóveis rurais, em especial: I – prestar assistência técnica rural para apoiar a regularização ambiental de pequenas propriedades ou posses rurais familiares. Nesse sentido, o projeto contribui com a implementação da política pública para a regularização ambiental por meio da aquisição de insumos.</p>	<p>trabalhadores da prestadora de serviço.</p>
<p>Material de consumo para viveiro (adubo, sementes etc) - SEMA AC</p>	<p>As ações estão voltadas para implementar o Programa de Regularização Ambiental do Acre instituído pela LEI N° 3.349/2017, que tem como dentre outros objetivos, Art. 2º: – a adequação das propriedades e posses rurais ao disposto na legislação ambiental: – a manutenção ou a recomposição das áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito; – a conservação e a recuperação das florestas e da biodiversidade. A lei prevê em seu Art. 15 que o Poder Executivo fica autorizado a conceder incentivos e apoio para a regularização ambiental de imóveis rurais, em especial: I – prestar assistência técnica rural para apoiar a regularização ambiental de pequenas propriedades ou posses rurais familiares. Nesse sentido, o projeto contribui com a implementação da política pública para a regularização ambiental por meio da aquisição de insumos.</p> <p>http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2017/12/Lei3349.pdf</p>	<p>As atividades previstas deverão levar em conta a pandemia da Covid-19 e que a realização das atividades e atendam as salvaguardas socioambientais, como por exemplo, a OP 4.09.</p>
<p>Realizar ações de monitoramento e acompanhamento técnico de manejo de quelônios - SEMA AC</p>	<p>Esta ação prevê o monitoramento dos tabuleiros (praias de nidificação) de quelônios no rio Abunã. É uma ação importante que tem como finalidade a recuperação dos estoques de quelônios abrangendo cerca de 280 praias distribuídas em 51 localidades às margens do rio. As ações destinam-se a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - limpeza das praias de nidificação (com capina manual da vegetação espontânea) para o recebimento de ovos coletados; - abertura manual de ninhos artificiais para a deposição de ovos viáveis coletados e realizada a coleta dos dados referentes aos ninhos monitorados, com a medição e cadastro dos seguintes indicadores: local de coleta georreferenciado, data da coleta, espécime identificada, número total de ovos, número de ovos predados, número de ovos inférteis, número de ovos viáveis e; - monitoramento para o controle da predação de ovos ocasionado pela pesca e animais predatórios, que danificam as telas de proteção das praias onde estão localizados os ninhos, bem como se alimentam dos ovos depositados; 	<p>As atividades previstas deverão levar em conta a pandemia da Covid-19 quando da realização das atividades.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - manejo de filhotes com o monitoramento de ovos eclodidos e do nascimento, resgate e transporte de filhotes para o local de rustificação; - biometria com medição e pesagem de filhotes e posterior soltura. 	
Aquisição de materiais, equipamentos e maquinários para a produção de mudas - SEMA AC (Escadas)	<p>As ações estão voltadas para implementar o Programa de Regularização Ambiental do Acre instituído pela LEI Nº 3.349/2017, que tem como dentre outros objetivos, Art. 2º:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a adequação das propriedades e posses rurais ao disposto na legislação ambiental; – a manutenção ou a recomposição das áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito; – a conservação e a recuperação das florestas e da biodiversidade. <p>A lei prevê em seu Art. 15 que o Poder Executivo fica autorizado a conceder incentivos e apoio para a regularização ambiental de imóveis rurais, em especial:</p> <p>I – prestar assistência técnica rural para apoiar a regularização ambiental de pequenas propriedades ou posses rurais familiares.</p> <p>Nesse sentido, o projeto contribui com a implementação da política pública para a regularização ambiental por meio da aquisição de insumos.</p> <p>http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2017/12/Lei3349.pdf</p>	As atividades previstas deverão levar em conta a pandemia da Covid-19 e que a realização das atividades atendam as salvaguardas socioambientais, como por exemplo, a OP 4.09.
Contratar serviço para realizar inventário florestal amostral na Flona Tapirapé-Aquiri para subsidiar os editais de concessão florestal - SFB	<p>A Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006 de Gestão das Florestas Públicas que permite ao Poder Público conceder a Pessoas Jurídicas, incluindo empresas, cooperativas e associações de comunidades locais, permissão para realizar o manejo florestal sustentável para extrair produtos madeireiros e não madeireiros e para oferecer serviços de turismo. As áreas para concessão são definidas por meio de um Plano de Outorga Florestal (PAOF).</p> <p>O estudo tem o objetivo de realizar inventário florestal amostral na zona de Manejo Florestal Sustentável Empresarial da Floresta Nacional de Tapirapé-Aquiri, no estado do Pará para subsidiar a concessão florestal nessa área.</p> <p>O inventário fornece um panorama do potencial de produção e comercialização dos produtos florestais da Flona, uma vez que as informações levantadas serão utilizadas pelo SFB para a determinação do preço mínimo da madeira em pé do edital de concessão com base na modelagem econômica.</p>	Nenhuma intervenção é prevista através da atividade.

10. LIÇÕES APRENDIDAS

A comunicação do ASL entendeu que, diante de um cenário desafiador de pandemia e o hiato de atividades presenciais, foi de grande importância trabalhar com produtos de fortalecimento da comunicação interna. Isso envolve a compreensão de todo o sistema hierárquico dentro das Unidades Operativas e do MMA, o que influencia na forma de desenhar os fluxos para pedido de informação e de aprovação das redações.

Entendeu-se o quão necessário é o diálogo constante com os assessores de comunicação do Programa ASL e das instituições parceiras do projeto. São eles os responsáveis por executar grande parte das notícias e materiais que divulgam o projeto do ponto de vista local e regional.

Compreender as contrapartidas físicas, ou seja, os registros mensuráveis apresentados pelos parceiros (unidades operativas), como resultados que colaboram para o atingimento dos indicadores, é fundamental para assegurar a manutenção e a qualidade dos resultados do projeto e devem ser pactuados no início dos reportes, registrados de maneira que seus avanços possam ser monitorados.

Um fator importante no processo de reporte dos indicadores - quando de contrapartida, é que esses devem ser também focados na qualidade e menos nos resultados, ou seja, que não sejam somente olhados numericamente, mas qualitativamente, como é o caso das áreas sob restauração natural, que ao serem reportadas, dever-se-ia avaliar as estratégias de garantia e manutenção dessas áreas (livres dos aspectos de perturbação, como invasão, fogo e gado) por meio de um instrumento declaratório consensuado entre as partes integrantes do projeto.

Um plano de ação para solucionar gargalos do processo de gestão e de monitoramento dos indicadores deve ser claramente definido e aprimorado/revisado frequentemente para garantir o alcance das metas do projeto.

Uma lição aprendida importante é a necessidade de se fazer um acompanhamento mais sistemático e frequente, por parte do MMA e CI, das unidades operativas, no sentido de agilizar e qualificar os processos e planejamento, contratação e monitoramento dos resultados. Para tanto foi estabelecido um calendário de reuniões.

Aliado a isso se verificou a necessidade do mapeamento dos processos de contratação, em curso, para definirmos os prazos realísticos do trânsito dos documentos de contratação entre cada instituição envolvida, para podermos registrar cada etapa e fazer as cobranças necessárias. Também estamos procurando maneiras de reduzir estes fluxos, evitando vai e vem de documentos, definido o papel de cada ente na correção dos mesmos e juntando mais de um envolvido em reuniões conjuntas.

11. PRÓXIMOS PASSOS

- Finalizar o plano de comunicação e divulgá-lo junto aos parceiros do projeto;
- Finalizar a correção nos indicadores do projeto de acordo com os reportes feitos durante as missões de supervisão junto às unidades operativas, a partir do entendimento e pactuação entre Banco Mundial, CI, MMA e UO sobre o que deve ser reportado para cada um deles;
- Finalizar um modelo de planilha para levantar e monitorar os dados dos indicadores físicos junto aos parceiros das unidades operativas;
- Finalizar a cartilha com o conteúdo do MOP e disponibilizá-la aos técnicos das unidades operativas;
- Finalizar o conteúdo para monitoramento das salvaguardas socioambientais na ferramenta Kobotoolbox;
- Capacitar as equipes das unidades operativas na ferramenta Kobotoolbox para o monitoramento das salvaguardas socioambientais;
- Finalizar e disponibilizar para uso o sistema de gestão do projeto junto ao MMA;
- Capacitar as equipes das unidades operativas, da CI e do MMA para uso do sistema de gestão do projeto;
- Finalizar a sistematização das contrapartidas financeiras do projeto.

12. COMUNICAÇÃO

Foi elaborado o plano de comunicação - Versão 1.0 que se encontra sob revisão do Banco Mundial. Após a aprovação, o plano será divulgado junto aos parceiros do projeto.

Foi realizada a atualização do fluxo de queixas e reclamações para adaptar os formulários para acesso por meio da plataforma Kobotoolbox, os formulários de Registro de Queixas e Sugestões no formato online e o formulário interno para detalhar cada manifestação. Os formulários encontram-se no anexo 13 C. A próxima etapa, após aprovado o documento pelo MMA e pelo Banco, é divulgá-lo e capacitar as coordenadoras regionais da CI junto às unidades operativas, para orientá-las de como proceder ao receber uma manifestação.

Em relação à sistematização de Queixas e Reclamações, não foram identificados no semestre queixas ou sugestões ligadas ao projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia. A área de comunicações tem monitorado, porém não se verificou nenhuma reclamação, seja por meio telefônico ou por e-mail. Os canais foram divulgados em edição da newsletter de agosto e em reunião junto aos assessores de comunicação das instituições. Porém, com a definição dos últimos detalhes do sistema de registro de queixas e sugestões junto ao MMA, o plano de divulgação do mesmo incluirá, site e e-mail à mala direta do ASL Comunicação.

A CI tem buscado melhorar o processo de divulgação das ações do projeto e desenhou uma campanha, com links: para acesso aos conteúdos (<https://www.conservation.org/brasil/iniciativas-atuais/paisagens-sustentaveis-da-amazonia>). Os principais temas abordaram a regeneração natural, as medidas sobre a Covid-19 e as iniciativas locais do Amazonas sobre os acordos de pesca:

- Resex Rio Preto do Jacundá regenera naturalmente 2,4 mil hectares;
- Saiba quais medidas devem ser tomadas para retornar as atividades presenciais do ASL Brasil;
- Conheça a história de Maria da Paz e da comunidade Tupana, na Amazônia, para proteger a pesca na região.

A CI tem dedicado esforço para divulgar notícias sobre o projeto. O acesso para repositório de notícias é: <https://www.conservation.org/brasil/noticias/asl>. Nas redes sociais, as publicações foram feitas na página da CI-Brasil no Instagram sobre o ASL Brasil.

Os newsletters têm sido um canal de divulgação aos parceiros e também ao público externo do projeto. No total, sete edições foram enviadas em 2020 para um público de 66 pessoas – todas elas envolvidas diretamente nas atividades e trabalhos do projeto. Ao todo, a newsletter foi aberta nas caixas de e-mail ou por link 141 vezes – uma média de 20 aberturas por edição. A promoção do boletim por meio de links via mensagem instantânea foi uma estratégia que potencializou sua divulgação no primeiro mês adotado, mas a plataforma de disparo de e-mail ainda enfrenta filtros de spam de grande parte dos domínios de e-mails (principalmente aqueles relacionados ao Ministério do Meio Ambiente). Por isso, nem todo o público consegue receber, porém haverá o esforço da área de comunicação da CI para solucionar o problema e, também aumentar a ampliação de divulgação para outros públicos.

A newsletter tem como objetivo ser um produto de comunicação interna para atualização das últimas notícias ligadas ao Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia. Cada matéria busca trazer uma abordagem simples e didática dos temas que envolvem a iniciativa, a exemplo de concessão florestal, cadeia de valor sustentável, regularização ambiental, entre outros. Além disso, o leitor é informado dos próximos eventos ligados ao Programa ASL e das últimas Chamadas de Compras e Contratações.

No âmbito das unidades operativas, uma série de publicações com temas relacionados às ações de apoio do projeto tem sido realizada. Os principais temas abordados foram o acordo de pesca, atividades de regularização ambiental e concessão florestal. Os links encontram-se no anexo 13 C.

13. ANEXOS

- A. Lista de aquisições e contratos firmados e em andamento no período, indicando UOs e POA relacionados.

<u>POA</u>	<u>Descrição</u>	<u>UO</u>	<u>Categoria</u>	<u>Valor estimado – R\$</u>	<u>Valor contratado – R\$</u>	<u>Status</u>
P1	Análise do CAR em áreas prioritárias no AM - SEMA AM	SEMA AM	CS	1.400.000	1.750.000	comprometido
P1	Aquisição de computador equipe dedicada ao projeto, incluindo manutenção dos equipamentos ao longo do projeto -CI-BRASIL	CI BRASIL	GO	65.000	17.437	executado
P1	Aquisição de celulares para equipe do projeto (coordenadores de campo e gerente do projeto) - CI BRASIL	CI BRASIL	GO	5.000	6.230	executado
P1	Contratação de serviço para confecção de placas de sinalização - IDEFLORBIO	IDEFLORBIO/S EMAS	NCS	30.000	0	em andamento
P1	Revisão do plano de manejo da APA Lago do Amapá e estudos complementares - SEMA AC	SEMA AC	CS	350.000	346.294	comprometido
P1	Serviço técnico de empresa especializada para desenvolvimento e implementação de um sistema de gestão do projeto	MMA	NCS	\$592.200	\$423.559	comprometido
P1	Realização da análise de Cadastros Ambientais Rurais (CAR) no SICAR – SEDAM	SEDAM	CS	\$2.812.500	\$0	em andamento
P1	Contratação de consultorias para assessorar a equipe de aquisições da CI-Brasil	CI BRASIL	CS	\$72.000	\$72.000	executado
	Contratação de consultoria para assessorar a equipe de aquisições da CI-Brasil	CI BRASIL	CS	56.200	0	para publicação
P1	Serviço técnico para reforma do galpão de trabalho, casas de vegetação, de sombra	SEMA AC	CW	\$600.000	\$598.719	comprometido

	e de aclimação - SEMA AC					
P1	Realizar capacitação e implantação assistida do módulo de análise do SICAR/PA nos municípios de São Félix do Xingu e Altamira - IDEFLORBIO PARA	IDEFLORBIO/S EMAS	CS	\$100.000	\$0	em andamento
P1	Análise do Cadastro Ambiental Rural - CAR, na Plataforma SICAR/PA, baseados na sala de análise da DIORED/SEMAS-PA - IDEFLORBIO/SEMAS	IDEFLORBIO/S EMAS	CS	\$700.000	\$0	em andamento
P1	Fornecimento de passagens aéreas nacionais, internacionais e hospedagem	CI BRASIL	NCS	\$2.651.000	\$2.651.000	comprometido
P1	Diagnóstico para concessão florestal - SEMA AM	SEMA AM	CS	182.000	196.631	comprometido
P1	Adquirir pacote de materiais dos viveiros (semente, adubo.)	IDEFLORBIO/S EMAS	NCS	126.000	91.979	executado
P1	Aquisição de mobiliário para equipe dedicada ao projeto (mesa+cadeira) - CI-BRASIL	CI BRASIL	GO	11.500	11.500	executado
P1	Aquisição de Computador desktop - SEMA AC	SEMA AC	GO	10.000	6.754	executado
P1	Aquisição GPS - SEMA AC	SEMA AC	GO	6.000	9.814	executado
P1	Aquisição luxímetro digital - SEMA AC	SEMA AC	GO	3.000	2.897	executado
P1	Aquisição nobreak - SEMA AC	SEMA AC	GO	1.800	1.222	executado
P1	Aquisição de notebook - SEMA AM	SEMA AM	GO	4.600	4.384	executado
P1	Aquisição de computador desktop - IDEFLORBIO	IDEFLORBIO/S EMAS	GO	15.000	19.652	executado
P1	Aquisição computador desktop - IDEFLORBIO	IDEFLORBIO/S EMAS	GO	12.000	9.357	executado
P1	Aquisição de GPS - IDEFLORBIO	IDEFLORBIO/S EMAS	GO	3.000	4.456	executado
P1	Aquisição de nobreak - IDEFLORBIO	IDEFLORBIO/S EMAS	GO	2.000	2.000	executado

P1	Aquisição de nobreak - IDEFLORBIO	IDEFLORBIO/S EMAS	GO	1.600	1.508	executado
P1	Aquisição de Impressora - IDEFLORBIO	IDEFLORBIO/S EMAS	GO	2.000	2.000	executado
P1	Aquisição de Impressora - IDEFLORBIO	IDEFLORBIO/S EMAS	GO	2.000	2.178	executado
P1	Aquisição de data show - SEMA AM	SEMA AM	GO	2.500	2.520	executado
P1	Aquisição de desumidificador - SEMA AC	SEMA AC	GO	7.500	5.794	executado
P1	Aquisição pHmetro microprocessado de bancada - SEMA AC	SEMA AC	GO	8.000	3.371	executado
P1	Aquisição de O2 quadriciclos - ICMBio	ICMBio	GO	75.000	68.000	executado
P1	Aquisição câmaras de germinação tipo B.O.D. - SEMA AC	SEMA AC	GO	21.000	19.974	executado
P1	Contratação de consultoria pessoa física para avaliar a situação do desembarque pesqueiro - ICMBio	ICMBio	CS	90.000	80.650	comprometido
P1	Contratação de consultoria PF para apoiar a gestão do programa - MMA	MMA	CS	50.000	16.600	executado
P1	Contratação de empresa para realização de auditoria contábil e financeira do projeto - CI-BRASIL	CI BRASIL	NCS	150.000	180.000	executado
P2	Contratação de empresa para realização de auditoria contábil e financeira do projeto - ano 2020 - CI-BRASIL	CI BRASIL	NCS	\$90.000	\$33.900	comprometido
P2	Aquisição de pinos bola e reboques para quadriciclos - ICMBio	ICMBio	GO	\$7.000	\$9.500	em andamento
P2	Aquisição de botes e motores de popa - SEMA AC	SEMA AC	GO	\$66.000	\$0	para publicação
P2	Contratação de empresa especializada para formatar, diagramar e imprimir material gráfico de divulgação - Ideflorbio/ SEMAS	IDEFLORBIO/S EMAS	NCS	30.000	12.290	comprometido

P2	Realizar levantamento de condições de logística de transporte, infraestrutura, e pesquisa de preços florestais no entorno de florestas públicas para concessão florestal - SFB	SFB	NCS	\$700.000	\$177.980	comprometido
P2	Implementação de projeto de recuperação de áreas alteradas - SEMA AC	SEMA AC	NCS	\$2.198.351	\$0	em andamento
P2	Dosador - ICMBIO	ICMBio	GO	\$22.000	\$19.054	executado
P2	Embaladeira - ICMBIO	ICMBio	GO	\$63.000	\$64.444	executado
P2	Câmara frigorífica - ICMBIO	ICMBio	GO	\$564.000	\$758.290	executado
P2	Freezer ou refrigerador - ICMBIO, IDEFLORBIO/SEMAS, SEMA AC	ICMBIO, IDEFLORBIO/S EMAS, SEMA AC	GO	\$30.000	\$5.618	executado
P2	Ferramentas de marcenaria (plaina, furadeira, esquadrejadeira) - ICMBio	ICMBio	GO	\$42.000	\$45.139	executado
P2	Ferramentas para produzir objetos de marçhetaria - ICMBio	ICMBio	GO	\$8.000	\$9.678	em andamento
P2	Computador desktop, Notebook e Tablet - SEMA AM, SEDAM, IDEFLORBIO/SEMAS, SEMA AC	SEMA AM, SEDAM, IDEFLORBIO/SEMAS, SEMA AC	GO	\$450.730	\$213.704	executado
P2	Impressora - SEMA AM, IDEFLORBIO/SEMAS, SEMA AC	SEMA AM, IDEFLORBIO/S EMAS, SEMA AC	GO	\$42.441	\$21.338	executado
P2	Nobreak - SEMA AM, IDEFLORBIO/SEMAS, SEMA AC	SEMA AM, IDEFLORBIO/S EMAS, SEMA AC	GO	\$35.800	\$9.498	executado
P2	GPS - SEMA AM, SEDAM, IDEFLORBIO/SEMAS,	SEMA AM, SEDAM, IDEFLORBIO/S EMAS	GO	\$122.600	\$0	em andamento
P2	Data show (Projektor multimídia) e tela de projeção - SEMA AM, IDEFLORBIO/SEMAS, SEMA AC	SEMA AM, IDEFLORBIO/S EMAS, SEMA AC	GO	\$27.000	\$10.170	executado
P2	Contratar serviço e material para instalação de rede elétrica trifásica para suporte aos equipamentos e	ICMBIO	NCS	\$30.000	\$26.010	comprometido

	máquinas da agroindústria de produção de polpas de frutas para Flona Tapajós - ICMBIO					
P2	Contratação de serviços técnicos para reforma de sistema de irrigação do viveiro da Floresta - SEMA AC	SEMA AC	NCS	\$120.000	\$65.697	executado
P2	Termômetro - ICMBIO	ICMBIO	GO	\$1.080	\$959	executado
P2	Motor de popa - ICMBIO	ICMBIO	GO	\$80.500	\$11.955	executado
P2	HD externo - SEMA AM, SEMA AC	SEMA AM, SEMA AC	GO	\$21.500	\$0	executado
P2	Carro - SEDAM, SEMA AC	SEDAM, SEMA AC	GO	\$487.040	\$0	em andamento
P2	Condicionador de ar - SEMA AC	SEMA AC	GO	\$46.300	\$16.309	executado
P2	Cadeira - SEMA AC	SEMA AC	GO	\$5.500	\$2.922	executado
P2	Boiler (aquecedor de água) - ICMBIO	ICMBIO	GO	\$9.600	\$5.546	executado
P2	Gerador - ICMBIO	ICMBIO	GO	\$5.900	\$5.725	executado
P2	Canoa - ICMBIO	ICMBIO	GO	\$15.000	\$0	executado
P2	Televisor - SEMA AM, SEMA AC	SEMA AM, SEMA AC	GO	\$23.230	\$9.571	executado
P2	Material de consumo para viveiro (adubo, sementes etc) - SEMA AC	SEMA AC	GO	\$364.280	\$479.400	em andamento
P2	Purificador de água - SEMA AC	SEMA AC	GO	\$50.000	\$48.980	executado
P2	Binóculos - IDEFLORBIO/SEMAS, SEMA AC	IDEFLORBIO/SEMAS, SEMA AC	GO	\$36.000	\$12.502	executado
P2	Equipamento de Proteção Individual - EPI - SEMA AC	SEMA AC	GO	\$27.000	\$10.029	executado
P2	Estufa - SEMA AC	SEMA AC	GO	\$10.000	\$10.656	executado
P2	Balança - SEMA AC	SEMA AC	GO	\$6.000	\$3.060	executado

P2	Ração para alimentação de quelônios - SEMA AC	SEMA AC	NCS	\$60.000	\$3.000	executado
P2	Aquisição de câmara de germinação	SEMA AC	GO	21.000	38.864	comprometido
P2	Implantação participativa de 140 (cento e quarenta) hectares de sistemas agroflorestais em áreas alteradas na Reserva Extrativista Alto Juruá (REAJ) - ICMBio	ICMBio	NCS	1.550.000	0	publicado
P2	Elaborar projetos básico e executivo para obra, aquisição dos materiais e serviços de execução das obras na Resex Alto Juruá - ICMBio	ICMBio	NCS	428.000	0	publicado
P2	Elaborar mapeamento dos usos dos recursos, revisar normas, mapas básicos e proposta de zoneamento e apoiar as reuniões para elaboração do Plano de Manejo da Unidade de Conservação APA do Tapajós - ICMBio	ICMBio	CS	290.000	0	para publicação
P2	Realizar ações de monitoramento e acompanhamento técnico de manejo de quelônios - SEMA AC	SEMA AC	CS	140.000	0	para publicação
P2	Aquisição de materiais, equipamentos e maquinários para a produção de mudas - SEMA AC (Escadas)	SEMA AC	GO	1.200	0	em andamento
P2	Realizar mapeamento de processos Projeto ASL	CI BRASIL	CS	70.000	0	para publicação
P2	Contratar serviço para realizar inventário florestal amostral na Flona Tapirapé-Aquiri para subsidiar os editais de concessão florestal - SFB	SFB	NCS	350.000	370.132	comprometido
P2	Contratar consultoria individual para realizar avaliação de meio termo do projeto	MMA	CS	100.000	0	para publicação

P2	Contratação de serviços gráficos para confecção de logomarcas, cards para redes sociais na internet e informativos eletrônicos, além da elaboração e impressão de calendários com informações relevantes sobre os sítios Ramsar - MMA	MMA	NCS	\$50.000	\$25.700	comprometido
----	---	-----	-----	----------	----------	--------------

B. Publicações.

B.1 Matérias produzidas e publicadas em canais de comunicação da CI

Título	Data de publicação	Link de Acesso
Resex Rio Preto do Jacundá regenera naturalmente 2,4 mil hectares	17/11/2020	https://www.conservation.org/brasil/noticias/2020/09/18/resex-rio-preto-do-jacund%C3%A1-regenera-naturalmente-2-4-mil-hectares
Saiba quais medidas devem ser tomadas para retornar as atividades presenciais do ASL Brasil	04/10/2020	https://www.conservation.org/brasil/noticias/2020/08/05/saiba-quais-medidas-devem-ser-tomadas-para-retornar-as-atividades-presenciais-do-asl-brasil
Conheça a história de Maria da Paz e da comunidade Tupana, na Amazônia, para proteger a pesca na região	29/06/2020	https://www.conservation.org/brasil/noticias/2020/06/30/acordos-de-pesca-conhe%C3%A7a-a-hist%C3%B3ria-de-maria-da-paz-e-sua-trajet%C3%B3ria-na-comunidade-tupana-para-protetger-a-pesca

B.2 Relação de matérias publicadas sobre o ASL Brasil no ano de 2020

Veículo de Comunicação	Matéria	Data de publicação	Link para acesso	Tema de Interesse
RockBizz	Rock In Rio Completa 35 Anos E Se Consolida Como Grande Plataforma De Experiências	1/11/2020	https://www.rockbizz.com.br/rock-in-rio-completa-35-anos-e-se-consolida-como-grande-plataforma-de-experiencias/	Institucional
SEMA PA	Lançado o edital para contratação do plano de gestão da Flota Iriri	3/5/2020	https://agenciapara.com.br/noticia/18242/	Manejo Florestal
ONU Brasil	Especialista alerta que preservação das florestas requer manejo sustentável	4/17/2020	https://nacoesunidas.org/especialista-alerta-que-preservacao-das-florestas-requer-manejo-sustentavel/	Manejo Sustentável

O Fuxico	Foo Fighters e Liam Gallagher vão ao Rock in Rio Lisboa 2021	4/28/2020	https://www.ofuxico.com.br/noticias-sobre-famosos/foo-fighters-e-liam-gallagher-va-ao-rock-in-rio-lisboa-2021/2020/04/28-376619.html	Institucional
Governo do Amazonas	Amazonas assina contrato para análise de mais de oito mil Cadastros Ambientais Rurais em municípios do sul do estado	5/15/2020	http://www.amazonas.am.gov.br/2020/05/amazonas-assina-contrato-para-analise-de-mais-de-oito-mil-cadastrros-ambientais-rurais-em-municipios-do-sul-do-estado/	CAR
Em Tempo	Governo analisa Cadastros Ambientais Rurais do Sul do AM	5/15/2020	https://d.emtempo.com.br/economia/203857/governo-analisa-cadastrros-ambientais-rurais-do-sul-do-am	CAR
A Crítica	Bacia do Rio Putumayo-Içá terá US\$ 14 milhões para projetos de gestão hídrica internacional	6/27/2020	https://www.acritica.com/channels/governo/news/bacia-do-rio-putumayo-ica-tera-us-14-milhoes-para-projeto-de-gestao-hidrica-internacional	Manejo Sustentável
SEMA AC	SOS Quelônios recebe incentivo do governo e tem meta de soltar 10 mil traçajás no próximo ano	7/21/2020	https://agencia.ac.gov.br/sos-quelonios-recebe-incentivo-do-governo-e-tem-meta-de-soltar-10-mil-tracajas-no-proximo-ano/	Manejo e Proteção
SEMA AC	Governo capacita brigadistas voluntários para combater incêndios nas unidades de conservação	8/6/2020	https://agencia.ac.gov.br/governo-capacita-brigadistas-voluntarios-para-combater-incendios-nas-unidades-de-conservacao/	Manejo e Proteção
SEMA AC	Governo capacita brigadistas comunitários voluntários em unidades de conservação	8/17/2020	https://agencia.ac.gov.br/governo-capacita-brigadistas-comunitarios-voluntarios-em-unidades-de-conservacao/	Manejo e Proteção
SEMA AM	Sema apresenta novo acordo de pesca para conservação de espécies no rio Cuieiras	8/22/2020	http://meioambiente.am.gov.br/sema-apresenta-novo-acordo-de-pesca-para-conservacao-de-especies-no-rio-cuieiras/	Manejo Sustentável
Pesca Amadora	Governo suspende pesca comercial e esportiva até dezembro/2021 no rio Cuieiras (AM)	8/23/2020	https://www.pescamadora.com.br/2020/08/governo-suspende-pesca-comercial-e-esportiva-ate-dezembro-2021-no-rio-cuieiras-am/	Manejo Sustentável
G1	Pesca comercial e esportiva é suspensa no rio Cuieiras, no AM, para conservação de espécies de peixes	8/23/2020	https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/08/23/pesca-comercial-e-esportiva-e-suspensa-no-rio-cuieiras-no-am-para-conservacao-de-especies-de-peixes.ghtml	Manejo Sustentável
SEMA AC	Governo define áreas para implementar Programa de Regularização Ambiental	8/27/2020	https://agencia.ac.gov.br/governo-define-areas-para-implementar-programa-de-regularizacao-ambiental/	Regularização Ambiental
A Crítica	Governo do Amazonas amplia concessão florestal para glebas estaduais	9/3/2020	https://www.acritica.com/channels/governo/news/governo-do-amazonas-amplia-concessao-florestal-para-glebas-estaduais	Concessão Florestal

SEMA AC	Juruá recebe mais duas capacitações de brigadistas comunitários voluntários para combater queimadas	9/26/2020	https://agencia.ac.gov.br/juruá-recebe-mais-duas-capacitacoes-de-brigadistas-comunitarios-voluntarios-para-combater-queimadas/	Manejo e Proteção
SEMA AC	Oficina participativa reúne moradores da Área de Proteção Ambiental Lago do Amapá	11/30/2020	https://agencia.ac.gov.br/oficina-participativa-reune-moradores-da-area-de-protecao-ambiental-lago-do-amapa/	Manejo e Proteção

C.3 Instagram/Rede Social

26/11/2020:

<https://www.instagram.com/p/CFseCmdjCeq/>

16/06/2020:

<https://www.instagram.com/p/CBg7SF5oqFE/>

20/10/2020: <https://www.instagram.com/p/CGIHtkYn3zV/>